

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (DEECO)**

**RENATO SANTOS DE ALBUQUERQUE**

**ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE NA  
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL EM 1920**

**MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Mariana/MG  
2023

RENATO SANTOS DE ALBUQUERQUE

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE NA  
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL EM 1920

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais  
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de  
Ouro Preto (UFOP) como requisito à obtenção  
do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira

Mariana/MG

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A345e Albuquerque, Renato Santos De.

Estrutura produção agropecuária e desigualdade da distribuição de terra no estado do Rio Grande do Sul em 1920. [manuscrito] / Renato Santos De Albuquerque. - 2023.

66 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Mateus Da Silva Ferreira.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Agricultura - Séc. XX. 2. Administração agrícola. 3. Agricultura - Rio Grande do Sul - História - 1889-1930. 4. Agropecuária - Rio Grande do Sul. I. Ferreira, Luiz Mateus Da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 630\*26

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Renato Santos de Albuquerque**

### **Estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado do Rio Grande do Sul em 1920**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 05 de dezembro de 2023

#### Membros da banca

Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. André da Silva Redivo - (Universidade Federal do Pampa)  
Dr. André Mourthé de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luiz Mateus da Silva Ferreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 5/12/2023



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mateus da Silva Ferreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/12/2023, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Mourthe de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0636231** e o código CRC **E65E89AA**.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha família que me apoiou desde o início nessa jornada que foi a graduação em outro estado e em outra cidade, a qual sou grato pelos ensinamentos de vida e acadêmicos. Sou grato ao meu orientador prof. Luiz Mateus, que me auxiliou na criação deste trabalho, e por fim, agradeço aos colegas de curso e demais professores da UFOP, que sem eles não teria chegado até aqui.

### **Rio Grande do Sul**

*Aqui no Sul do Brasil  
Onde o campo é mais verde  
E o céu é mais anil.*

*Aqui coxilha, campo ou pago  
Cidade, campanha ou rincão  
A beleza pra todo o lado  
Ressaltando este chão.*

*Aqui o vento é minuano  
O tempo é campesino  
Que aprende amar  
Todo o gaúcho desde menino.*

Inoema Nunes Jahnke

## RESUMO

Este trabalho oferece informações e estatísticas que permitem avaliar a desigualdade na distribuição da propriedade da terra e a diversificação da produção agropecuária no Rio Grande do Sul em 1920, estado que, nessa época, era considerado o “Celeiro do Brasil”. A principal fonte utilizada nesta pesquisa foi o censo agropecuário do Brasil de 1920. Com o objetivo de verificar a relação entre colonização, desigualdade entre proprietários de terra e diversificação na produção agropecuária no estado sul-rio-grandense, foram estimados indicadores que permitem avaliar a concentração fundiária, a diversificação na agricultura e a especialização produtiva agropecuária regional e estadual no Rio Grande do Sul naquele ano. Os resultados encontrados revelam que, em 1920, apesar da importância da atividade pecuária, a produção agrícola sul-rio-grandense era relativamente diversificada e baseada em gêneros destinados ao abastecimento do mercado interno. Os resultados obtidos ainda demonstram que, embora as pequenas e médias propriedades representassem a maior parte dos imóveis rurais recenseados no estado gaúcho, a desigualdade na distribuição da propriedade fundiária no Rio Grande do Sul era relativamente elevada em 1920. Além disso, verificou-se que quanto maior a importância da criação pecuária de bovinos e ovinos na economia das regiões do estado sul-rio-grandense da época, menor a área agrícola cultivada e, conseqüentemente, menor o grau de diversificação na agricultura regional do Rio Grande do Sul. Ao que tudo indica, essa relação está associada ao modelo inicial de colonização e formação econômica regional do estado gaúcho.

**Palavras-chave:** Desigualdade fundiária. Diversificação na agricultura. Especialização agropecuária. Rio Grande do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Domínios português ao sul do Tratado de Tordesilhas no final do século XVII .....	13
Figura 1.2 – Territórios portugueses e espanhóis em 1775.....	16
Figura 2.1 – Regiões do Rio Grande do Sul em 1920.....	28
Figura 2.2 – Especialização pecuária nas regiões do Rio Grande do Sul.....	35
Figura 2.3 – Rio Grande do Sul: índices regionais de diversificação agrícola em 1920.....	44
Figura 2.4 – Rio Grande do Sul: índices regionais de especialização agrícola em 1920.....	45
Figura 3.1 – Rio Grande do Sul: participação do gado bovino e ovino na criação pecuária e concentração fundiária regional em 1920.....	57
Figura 3.2 – Rio Grande do Sul: Gini de concentração fundiária e proporção da área agrícola regional cultivada em 1920.....	57
Figura 3.3 – Rio Grande do Sul: relação entre índices diversificação na agricultura, área agrícola regional cultivada e especialização na criação de bovinos e ovinos em 1920.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Rio Grande do Sul: Valor total e volume físico das exportações de trigo, couros e charque, 1790-1922.....	22
Tabela 2.1 – Gado existente nos imóveis rurais recenseados no Brasil e Rio Grande do Sul, 1920.....	29
Tabela 2.2 – Número de animais existentes e valor dos rebanhos recenseados nos imóveis rurais brasileiros em 1920.....	30
Tabela 2.3 – Proporção do número de animais existentes e valor dos rebanhos nos imóveis rurais arrolados no Brasil em 1920 (em %) .....	31
Tabela 2.4 – Rio Grande do Sul: municípios com os maiores rebanhos de ovinos em 1920 .....	32
Tabela 2.5 – Municípios brasileiros com os maiores rebanhos bovinos em 1920 .....	32
Tabela 2.6 – Municípios brasileiros com os maiores rebanhos equinos em 1920.....	33
Tabela 2.7 – Número de cabeças e proporção dos rebanhos das espécies de gado existentes nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920.....	33
Tabela 2.8 – Rio Grande do Sul: Distribuição percentual do rebanho de gado existente nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920, segundo as espécies.....	34
Tabela 2.9 – Valor total dos animais das diversas espécies abatidas nos estabelecimentos rurais recenseados no Brasil em 1920.....	36
Tabela 2.10 – Rio Grande do Sul: produção regional de carne conforme número de animais abatidos nos estabelecimentos rurais recenseados em 1920 (em %) .....	36
Tabela 2.11 – Rio Grande do Sul: produção regional de laticínios e lã em 1920 (em %) .....	37
Tabela 2.12 – Rio Grande do Sul: área produtiva dos imóveis rurais recenseados em 1920 .....	38
Tabela 2.13 – Participação regional e estadual na área das propriedades rurais recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920.....	38
Tabela 2.14 – Rio Grande do Sul: área cultivada e proporção da extensão das terras plantadas com diferentes gêneros agrícolas em relação a área total cultivada.....	39
Tabela 2.15 – estados brasileiros com as maiores safras de milho no ano agrícola 1919-1920 .....	39
Tabela 2.16 - municípios brasileiros com as maiores safras de milho no ano agrícola 1919-1920 .....	40
Tabela 2.17 – Principais estados brasileiros produtores de trigo, fumo e batata inglesa no ano agrícola 1919-1920.....	41

Tabela 2.18 – Área plantada com diferentes gêneros agrícolas em relação a área total cultivada nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920 (em %) .....	41
Tabela 2.19 – Rio Grande do Sul: participação regional na área plantada com diferentes produtos agrícolas em relação a área total cultivada no estado gaúcho em 1920 (em %) .....	42
Tabela 2.20 – Rio Grande do Sul: diversificação da produção agrícola regional em 1920 .....	44
Tabela 2.21 – Especialização agrícola regional no estado do Rio Grande do Sul em 1920 .....	44
Tabela 3.1 – Propriedades rurais recenseadas no estado do Rio Grande do Sul em 1920 .....	48
Tabela 3.2 – Propriedades agrícolas recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920 segundo regiões e extensão territorial.....	49
Tabela 3.3 – Área total das propriedades agrícolas recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920 segundo regiões e extensão territorial.....	49
Tabela 3.4 – Participação relativa das propriedades agrícolas recenseadas nas regiões do estado Rio Grande do Sul em 1920 segundo extensão territorial (valores percentuais) .....	50
Tabela 3.5 – Classificação do coeficiente de Gini de concentração fundiária.....	52
Tabela 3.6 – Concentração da área apropriada por proprietários de terra nas regiões e estado do Rio Grande do Sul em 1920.....	52
Tabela 3.7 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras no Brasil e Unidades da Federação em 1920.....	53
Tabela 3.8 – Coeficiente GINI das regiões e seus municípios do Rio Grande do Sul em 1920 .....	54
Tabela 3.9– Número de municípios por região do Rio Grande do Sul conforme as faixas do Gini de concentração da propriedade da terra em 1920.....	55

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL .....	13
1.1. Breves considerações a respeito da ocupação inicial do território sul-rio-grandense .....	13
1.2. A colonização do Rio Grande do Sul no século XIX.....	17
1.3. Produção e comércio na província do Rio Grande do Sul no século XIX.....	21
1.4. Considerações Finais sobre o capítulo.....	27
CAPÍTULO 2 - ESTRUTURAS PRODUTIVAS AGRÍCOLA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1920.....	28
2.1 Regiões e produção agropecuária no Rio Grande do Sul em 1920.....	28
2.1.1. Regiões e regionalização do estado sul-rio-grandense no início do século XX .....	28
2.1.2 Atividade Pecuária.....	29
2.2.3 Agricultura.....	37
2.3. Considerações finais do capítulo.....	46
CAPÍTULO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1920.....	47
3.1. Distribuição da propriedade da terra no estado sul-rio-grandense em 1920.....	47
3.2. Concentração fundiária no estado do Rio Grande do Sul em 1920.....	51
3.3. Gini de concentração fundiária e estrutura produtiva no Rio Grande do Sul.....	56
3.4. Considerações finais do capítulo.....	58
Referências.....	63
Apêndice.....	66
A1 – Regiões e municípios do Rio Grande do SUL em 1920.....	66
A2 – Índices regionais de especialização pecuária no Rio Grande do Sul em 1920.....	66

## INTRODUÇÃO

Este trabalho oferece uma síntese de informações, indicadores e estatísticas que permitem avaliar a desigualdade na distribuição da propriedade da terra e a diversificação da produção agropecuária no estado do Rio Grande do Sul em 1920. Nas primeiras décadas do século XX e antes, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a pecuária constituiu a principal atividade da economia sul-rio-grandense, orientando e organizando parte da ocupação do território e da organização social do Rio Grande do Sul. Por outro lado, no século XIX, a colonização baseada na pequena e média propriedade e no trabalho familiar do imigrante europeu, especialmente alemães e italianos, impulsionou a produção e a diversificação da agricultura sul-rio-grandense. Cabe destacar, esse o processo de colonização baseado nas pequena e média propriedades rurais contrastou com o movimento inicial de povoamento do território gaúcho, que foi orientado pela criação extensiva de gado, atividade que, como se sabe, requer grandes extensões de terras e áreas cada vez maiores para seu desenvolvimento.

Essa diferença de padrões de povoamento e organização econômica inicial resultou em desequilíbrios regionais, principalmente no que diz respeito a estrutura fundiária, concentração da propriedade da terra e desenvolvimento de médio e longo prazos da economia gaúcha, que, em 1920, embora apresentasse produção agrícola diversa, possuía especialização no cultivo de gêneros basicamente destinados ao abastecimento dos mercados internos (estadual e nacional). A diversificação e a especialização na agricultura gaúcha em 1920 parecem estar relacionadas à estrutura fundiária regional, sendo que os indicadores de diversificação e especialização agrícolas eram maiores nas regiões onde a concentração da propriedade da terra era menor. Entretanto, embora o estado sul-rio-grandense como um todo apresentasse, naquela época, um grande número de pequenas propriedades e um elevado índice de diversificação da produção agrícola, a concentração fundiária no Rio Grande do Sul era bastante forte em 1920.

Com o objetivo verificar a relação entre colonização, concentração da propriedade da terra e diversificação na produção agropecuária no Rio Grande do Sul em 1920, este trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta os principais aspectos do processo de povoamento do território do atual estado sul-rio-grandense. O segundo capítulo analisa a produção agropecuária regional e estadual do Rio Grande do Sul em 1920. No terceiro capítulo são examinadas a estrutura fundiária e a concentração da propriedade da terra no estado gaúcho, bem é avaliada a relação entre concentração fundiária e estrutura produtiva agropecuária regional no Rio Grande do Sul naquele ano. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

## CAPÍTULO 1

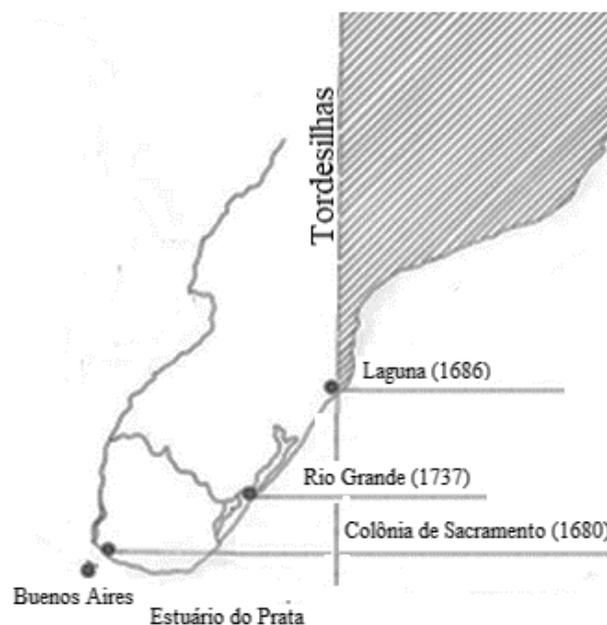
### ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo objetiva apresentar os principais aspectos da formação econômica sul-rio-grandense. Com esse propósito, o capítulo foi organizado em quatro seções. A primeira e segunda seções apresentam uma síntese da colonização do território do Rio Grande do Sul. Na terceira seção são discutidas as características gerais da estrutura produtiva da província gaúcha no século XIX. Por fim, na quarta seção, faz-se as considerações finais deste capítulo.

#### 1.1 – Breves considerações a respeito da ocupação inicial do território sul-rio-grandense

Nas primeiras décadas do século XVIII, a maior parte do território do atual estado do Rio Grande do Sul ainda não estava povoada. Entretanto, os interesses econômicos de Portugal na região do Rio Prata orientaram a política de consolidação da expansão territorial portuguesa na América, antes limitada pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Em 1737, a construção do forte Jesus Maria José, na recém-fundada cidade de Rio Grande, na região meridional da capitania sul-rio-grandense (Figura 1.1), consolidou parte da estratégia militar portuguesa de ocupação e fortificação do litoral do extremo sul do Brasil e, ao mesmo tempo, ofereceu apoio militar à Colônia de Sacramento, fundada em 1680, na região do Prata (LIMA, 1882; SANTOS, 1984; CORRÊA DO LAGO, 2014; CARDOSO, 2003; PRADO JR. 2006).

Figura 1.1 – Domínios português ao sul do Tratado de Tordesilhas no final do século XVII



Fonte: Rio Grande do Sul, “Histórias Gaúchas”, <https://historiasgaucha.blogspot.com/2015/06/rio-grande-do-sul-apontamentos-sobre-o-21.html> Acessado em 10 de novembro de 2023.

A fundação da cidade de Rio Grande e o assentamento de famílias de colonos açorianos na região marcaram o início da efetiva ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul. Cabe destacar, a colonização da capitania sul-rio-grandense com colonos portugueses ofereceu particularidades que, segundo Prado Jr. (2006), a distinguem nitidamente do sistema original de ocupação e organização econômica do Brasil. Para esse autor, como as condições naturais regionais, principalmente o clima do Rio Grande do Sul, não eram favoráveis à produção de gêneros tropicais com alto valor no mercado europeus, e devido a estratégia portuguesa de ocupação e defesa de terras contestadas pela Espanha, colonizadores portugueses (açorianos e madeirenses) receberam vantagens e benefícios para se estabelecerem no extremo sul do Brasil. Nas palavras de Prado Jr. (2006, p. 95-6),

como não se tratavam de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, [...] a instalação dos colonos é cercada de toda sorte de providências destinadas a facilitar e garantir a subsistência dos povoadores: as terras a serem ocupadas são previamente demarcadas em pequenas parcelas – uma vez que não se destinavam às grandes lavouras tropicais — fornecem-se gratuitamente ou a longo prazo auxílios vários (instrumentos agrários, sementes, animais de trabalho etc).

Ainda conforme Prado Jr. (2006, p. 96), os colonos açorianos eram em sua maioria “camponeses que emigravam em grupos familiares, o que também é quase único na colonização do Brasil [...]. A propriedade fundiária é muito subdividida, o trabalho escravo é raro, quase inexistente [...]”. Assim sendo, afirma o autor, “trata-se em suma de comunidades cujo paralelo encontramos apenas, na América, em suas regiões temperadas, e foge inteiramente às normas da colonização tropical formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados” (PRADO JR., 2006, p. 96).

Não obstante, segundo Lima (1882), embora predominante, o sistema inicial de exploração da terra em pequenas propriedades agrícolas familiares logo foi abandonado e a expansão da ocupação da região de campos, no interior meridional do Rio Grande do Sul, foi orientada pela criação extensiva de gado, que por sua natureza exige grandes extensões de terras, assim como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores (RÜDIGER, 1965; SANTOS, 1984; CARDOSO, 2003; PRADO JR. 2006; CORRÊA DO LAGO, 2014). Cabe destacar, devido aos interesses conflitantes de Portugal e Espanha na região do Prata, a estratégia portuguesa de ocupação efetiva do Rio Grande do Sul seguiu o princípio do *uti possidetis*.<sup>1</sup> A doação de sesmarias constituiu a base da concessão de terras para povoamento

---

<sup>1</sup> Antigo princípio jurídico internacional que advém da expressão latina “*uti possidetis, ita possideatis*”, isto é, “como você possui, então você possui”. Em outras palavras, “quem possui de fato deve possuir de direito”. Assim sendo, o princípio *uti possidetis* reconhece a legitimidade e a soberania sobre um território em litígio aquele que, de fato, ocupa o território (PALERMO; FLORES, 2022).

do território sul-rio-grandense no século XVIII. A simples doação não favoreceu a todos indistintamente, mas às pessoas economicamente influentes, com recursos suficientes para povoar as terras recebidas e fazê-las produzir. Além disso, vários indivíduos, inclusive colonos inicialmente estabelecidos como pequenos proprietários, “requeriam sesmarias não só em seus nomes, como ainda no nome das mulheres, dos filhos e filhas, de crianças que ainda estavam no berço e das que ainda estavam por nascer” (LIMA, 1882, p. 106). Assim, não raramente um único indivíduo concentrou várias sesmarias que “representavam a extensão de vinte a trinta léguas de campo” (cada légua corresponde a 6.600 metros) que formavam estâncias, isto é, grandes fazendas de gado (LIMA, 1882, p. 106). A criação pecuária extensiva de muares, equinos e bovinos, bem como a produção de charque (carne seca salgada) e produtos de couro serviam, inicialmente, para suprir as áreas de mineração do sudeste brasileiro e, depois, ao abastecimento de outros mercados do Brasil e do exterior (SANTOS, 1984; CARDOSO, 2003; PRADO JR. 2006; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Conforme Corrêa do Lago (2014), no final da década de 1760 existiam pelo menos 215 estancieiros no Rio Grande do Sul e, no ano de 1780, foram recenseadas mais de 651 mil cabeças de gado nas estâncias gaúchas. “A essa altura”, escreveu o autor, “milhares de cabeças de gado bovino em pé, mulas e cavalos eram exportadas anualmente por terra para Santa Catarina e São Paulo, de onde eram redistribuídas para o Rio de Janeiro e Minas Gerais” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 306). O gado era conduzido por tropeiros, que, ao longo do extenso caminho entre a região de campos do Rio Grande do Sul e as capitânicas do sudeste do Brasil, fundaram, em solo sul-rio-grandense, diversos núcleos de povoamento, onde, no início, as atividades ligadas à pecuária restringiram inicialmente o cultivo agrícola (LIMA, 1882; SANTOS, 1984; CARDOSO, 2003; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Outros obstáculos à expansão da atividade agrícola no Rio Grande do Sul durante o século XVIII foram os conflitos intermitentes entre Portugal e Espanha pela posse das terras na Banda Oriental do Prata, que culminaram na invasão espanhola à Colônia do Sacramento, à cidade de Rio Grande e aos fortes de São Miguel e de Santa Teresa (Figura 1.2). Os conflitos hispano-portugueses naquela região tiveram fim em 1777, com a retomada das terras do Rio Grande do Sul pelos portugueses e a conquista definitiva da Colônia do Sacramento pelos espanhóis. Com o fim das guerras, a economia agrícola da capitania sul-rio-grandense começou a florescer, e as últimas duas décadas do século XVIII foram de relativa prosperidade, com destaque para o cultivo de trigo (RÜDIGER, 1965; ROCHE, 1969; CARDOSO, 2003; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Figura 1.2 - Territórios portugueses e espanhóis em 1775



Fonte: Guerra hispano-portuguesa (1776–1777), [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_hispano-portuguesa\\_%281776%E2%80%931777%29](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_hispano-portuguesa_%281776%E2%80%931777%29) Acessado em 10 de novembro de 2023.

Vale notar, durante algumas décadas, o cultivo do trigo no Rio Grande do Sul, iniciado a partir de 1737, com o assentamento de colonos açorianos e madeirenses na capitania, foi prejudicado pelos confiscos e exações fiscais da metrópole. Essa política colonial, “desencorajou muitos agricultores de plantarem mais do que o necessário para sua subsistência” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 277). Além dos embargos da política colonial, o recrutamento de colonos para a guerra hispano-portuguesa na Banda Oriental do Prata foi um obstáculo permanente ao desenvolvimento da agricultura da região (RÜDIGER, 1965; CARDOSO, 2003; CORRÊA DO LAGO, 2014). Depois do fim da guerra, em 1777, a produção sul-rio-grandense de trigo aumentou e “no início da década de 1790, as exportações de trigo e farinha de trigo representaram uma fração importante do valor total das exportações do Rio Grande do Sul destinadas principalmente a outras capitanias” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 277).

Não obstante, foi, sobretudo, a atividade pecuária que promoveu a expansão econômica do Rio Grande do Sul entre o final do século XVIII e início do século XIX. Em 1793, a capitania sul-rio-grandense exportou 13 mil arrobas de charque; nos primeiros anos do século XIX esse

número chegou a quase 600 mil. Assim, conforme Prado Jr. (2006, p. 97), “excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades”. Ainda segundo esse autor, a indústria do charque, conhecida como “charqueadas”, estava localizada em ponto estratégico, entre os rios Pelotas e São Gonçalo, nas proximidades de grandes centros criatórios da fronteira e, ao mesmo tempo, próxima a cidade de Rio Grande, de onde se escova grande parte do comércio exterior da capitania sul-rio-grandense. “Esta localização da indústria”, diz Prado Jr (2006, p. 98), “dará origem ao centro urbano que seria o primeiro da província depois da capital; mas primeiro absoluto em riqueza e prestígio social: Pelotas”, na época, o principal polo produtivo de derivados bovinos do Rio Grande do Sul.

As charqueadas foram multiplicadas na região da Campanha Gaúcha, isto é, na parte sul da capitania rio-grandense, onde estava concentrada a maior parcela da população estabelecida no Rio Grande do Sul no século XVIII. Nessa época, a economia gaúcha estava baseada nas atividades das grandes estâncias, mas não se pode desprezar a importância da produção agrícola de pequenos estabelecimentos rurais, uma vez que “o Rio Grande do Sul não tinha se tornado uma área típica de [...] (plantations) [...] e seu comércio era fortemente dependente da demanda de outras capitanias por seus produtos” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 281), que, além de gado, demandavam “basicamente gêneros alimentícios, o que lhe valeu o apelido de “celeiro do Brasil” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 281).

A próxima seção apresenta as características gerais da colonização do território sul-rio-grandense no século XIX, cujos desdobramentos contribuiu para a diversificação da estrutura agrícola e progresso econômico da província, depois estado, do Rio Grande do Sul.

## **1.2 – A colonização do Rio Grande do Sul no século XIX**

No início do século XIX, devido a alegada necessidade de povoar e, assim, ocupar definitivamente o território brasileiro, D. João VI e D. Pedro I adotaram uma série de medidas e ofereceram diversos incentivos para promover a imigração de europeus para o Brasil (HANDELMANN, 1982; IOTTI, 2001; SCHRÖDER, 2003; FLORES, 2004; OBERACKER JR., 2004). Ferreira (2022, p. 161) destaca que, na concepção da política imigratória daquela época, “a preferência do governo brasileiro pelo imigrante europeu, especialmente o de origem alemã, estava fundamentada não apenas na alegada necessidade de povoar o território nacional, mas também pelo ideal do governo quanto ao desenvolvimento econômico e social da nação”. Conforme escreveu uma autoridade da época, “nosso país não é hoje uma colônia [...]. Nós constituímos um povo, uma

nacionalidade, cujo futuro dependerá da inteligência das raças que lhe serão incorporadas, da natureza da civilização que a influenciará” (LACERDA WERNECK, 1865, p. 80). Nessa perspectiva, esse autor defendeu a imigração alemã afirmando que o alemão “é sóbrio, econômico, pacífico e trabalhador. Tem demais um decidido amor às instituições monárquicas. Ele reúne a essas virtudes a paciência e a moderação. Os seus divertimentos, as suas distrações são regradas e metódicas”. (LACERDA WERNECK, 1865, p. 101-2).

Em 1846, o eminente diplomata brasileiro Miguel Calmon du Pin e Almeida (Visconde de Abrantes), já havia defendido a imigração alemã para o Brasil ressaltando que os alemães possuíam uma “inata” “aptidão para o trabalho da agricultura, e para os ofícios e artes, o seu espírito prático e conservador, o seu amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, qualidades que o distinguem dos colonos de outras origens” (VISCONDE DE ABRANTES, 1846, p. 2).

As opiniões de Visconde de Abrantes (1846) e Lacerda Werneck (1865) sintetizam a ideia de uma importante parcela da elite política e intelectual do Brasil no século XIX, a qual, segundo Ferreira (2022, p. 158), esperava povoar o território brasileiro com imigrantes alemães, isto é, na visão daquela época, com “gente branca e ‘laboriosa’, cuja missão seria, sobretudo, aperfeiçoar e expandir a atividade agrícola do Brasil; ‘branquear’ e melhorar os hábitos, costumes e valores da população brasileira; substituir o trabalho escravo pelo livre e a grande propriedade pela pequena”. Com esses propósitos, entre 1818 e 1830, foram criados diversos núcleos de colonização europeia no Brasil, dentre os quais encontram-se São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul. Porém, com exceção da “colônia alemã” de São Leopoldo, fundada em 1824, os núcleos de colonização europeia estabelecidos durante os reinados de D. João VI (1808-1822) e D. Pedro I (1822-1831) não lograram grande êxito (CARNEIRO, 1950; HANDELMANN, 1982; FERREIRA, 2019; OBERACKER JR., 2004).

Estabelecida sob os auspícios do governo imperial brasileiro, São Leopoldo foi o primeiro núcleo de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Sua organização inicial foi baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre e familiar imigrante, sendo expressamente proibido o uso da mão de obra escrava na colônia São Leopoldo (HANDELMANN, 1982; ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003; OBERACKER JR., 2004; CARNEIRO, 1950; FLORES, 2004; IOTTI, 2001). Cabe destacar, no Brasil do século XIX, “todos os que projetaram a criação de núcleos de pequena propriedade para povoar o país, sempre excluíram o escravo. Temia-se que o imigrante fosse atingido pela ideia [...] de que

o trabalho manual, o trabalho na terra, em vez de enobrecer [...], aviltava” (PETRONE, 1982, p. 39).

Entre 1824 e 1830, chegaram cerca de 5 mil imigrantes de língua alemã à colônia São Leopoldo. Inicialmente, os colonos receberam do governo imperial brasileiro lotes de terras contendo de 70 a 75 hectares. Depois, com a expansão da colônia, os lotes rurais concedidos foram reduzidos para 50 hectares e, mais tarde, para 25 hectares. Além de terras, cada família de colonos recebia animais, sementes e ferramentas e instrumentos agrícolas (ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003; OBERACKER JR., 2004; FLORES, 2004). Vale notar, conforme Oberacker Jr. (2004), inicialmente as terras na colônia São Leopoldo foram doadas pelo governo. A partir de 1854, o preço do lote rural foi fixado em 300\$000. Esse valor podia variar conforme a localização e tamanho do terreno, o que ajuda a compreender a redução no tamanho dos lotes rurais distribuídos aos imigrantes, uma vez que grande parte dos colonos eram pessoas com poucos recursos financeiros (OBERACKER JR., 2004; ROCHE, 1969; FLORES, 2004).

Superadas as dificuldades inerentes ao processo inicial de colonização de terras pouco ou nunca antes habitadas, São Leopoldo prosperou rapidamente e logo ganhou destaque no debate político nacional como referência na colonização baseada na pequena propriedade e no trabalho livre e familiar do imigrante europeu (OBERACKER JR., 2004; CERVO, 1981). Em 1829, ou seja, apenas cinco anos depois de sua fundação, existiam na colônia São Leopoldo uma fábrica de sabão, oito moinhos de trigo, uma marmoraria, uma pequena tecelagem, diversas oficinas e algumas ferrarias, serralherias, marcenarias, sapatarias. Em 1835, havia nessa colônia: 14 moinhos de trigo, 8 curtumes, 5 teares para linho e algodão, 2 destilarias, 1 selaria, 2 serrarias, 16 engenhos para o fabrico de farinha de mandioca e oficinas para a construção de canoas que efetuavam o transporte dos produtos coloniais (FLORES, 2004; OBERACKER JR., 2004).

Em 1858, superados os prejuízos causados pela Guerra dos Farrapos (1835-1845), existiam em São Leopoldo os seguintes artesões: 53 carpinteiros, 3 serralheiros, 8 ourives, 10 marceneiros, 23 ferreiros, 4 funileiros, 12 fabricantes de cestas, 8 construtores de embarcações, 6 canteiros, 12 alfaiates, 1 penteiro, 18 tecelões, 2 torneiros, 10 fabricantes de vassouras, 1 livreiro, 16 tamanqueiros, 9 carniceros, 8 carvoeiros e 40 pedreiros. Além desses profissionais qualificados, haviam na colônia: 6 padarias, 2 boticas, 50 “casas de negócios”, 7 olarias, 3 fábricas de louças, 5 serrarias, 3 cordoarias, 28 engenhos de cana para o fabrico de aguardente, 4 oficinas para fabricar carros, 4 fábricas de cola, 32 curtumes

30 engenhos movidos a água e com prensa hidráulica para fabricar azeite, 12 fábricas de charutos, 5 cervejarias, 2 fábrica de chapéus, 50 moinhos movidos a água para moer grãos, 1 fabrica de vinagre e 20 oficinas de botinas e sapatos (OBERACKER JR., 2004).

Assim, a primitiva colônia de São Leopoldo evoluiu com relativa rapidez, com base na pequena propriedade rural e no trabalho livre do imigrante, cuja qualificação, em geral, favoreceu o desenvolvimento da pequena produção artesanal, além da agricultura, voltadas para o abastecimento do mercado interno. Em pouco tempo, a colônia foi expandida e, mais tarde, desmembrada em dezenas de municípios localizados nas regiões do Vale dos Sinos, Vale do Taquari, Vale do Caí, no noroeste do Rio Grande Sul (OBERACKER JR., 2004; FLORES, 2004).

Também com base na pequena propriedade rural e no trabalho livre do imigrante europeu, foram criados novos núcleos de colonização no Rio Grande do Sul, iguais ou menores a São Leopoldo. Em 1849, por exemplo, o governo provincial fundou a colônia Santa Cruz, onde, naquele ano, foram assentados imigrantes da Renania, Pomerânia e outras regiões da Alemanha, além de alguns colonos procedentes da colônia São Leopoldo. Mais tarde, em 1857, o governo da província gaúcha fundou outro importante centro de irradiação de colonização alemã baseada na pequena propriedade familiar. Trata-se da colônia Santo Ângelo, localizada no município de Cachoeira do Sul, à margem esquerda do rio Jacuí. Assim como ocorreu em São Leopoldo e, mais tarde, em outras colônias, surgiram, nas proximidades de Santo Ângelo, núcleos de colonização associados a esse centro irradiador, de modo que, em fins do século XIX, as colônias fundadas por colonos europeus, notadamente alemães e italianos, e seus descendentes ocupavam parte considerável das regiões norte e nordeste da província sul-rio-grandense (ROCHE, 1969; FLORES, 2004; SCHRÖDER, 2003; OBERACKER JR., 2004).

Entre 1824 e 1889, foram criados 80 núcleos de colonização no Rio Grande do Sul, sendo 64 particulares e 16 colônias organizadas pelo governo (ROCHE, 1969). As estatísticas são imprecisas, mas calcula-se que, nesse período, chegaram à província sul-rio-grandenses aproximadamente 140 mil imigrantes, dos quais mais de 25% eram de origem alemã (ROCHE, 1969). Os imigrantes italianos, que constituíram outra expressiva parcela dos colonos estabelecidos no Rio Grande do Sul no século XIX, chegaram em grande número à província gaúcha a partir da década de 1870. Nessa época, “o Rio Grande do Sul, demográfica, econômica e socialmente, era ainda a Campanha meridional, os pampas, a região de pecuária. A população das colônias não representava mais 1/6 dos

habitantes do Rio Grande do Sul, avaliados em 434.813, dos quais 41.725 eram estrangeiros”, observou Manfroi (1975, p. 56). Ainda segundo esse autor, durante o segundo e terceiro quartos do século XIX, “a agricultura [sul-rio-grandense] tinha alcançado um desenvolvimento notório graças aos colonos de origem alemã, mas a pecuária era, ainda, a atividade predominante” no Rio Grande do Sul (MANFROI, 1975, p. 56).

Os primeiros núcleos de colonização italiana fundados na província gaúcha foram Dona Isabel (1874) e Conde d'Eu (1874), depois, respectivamente, denominadas de Bento Gonçalves e Garibaldi, Silveira Martins (1887) e Caxias (1875). Por volta de 1885, essas quatro colônias contabilizavam, juntas, mais de 40 mil habitantes, na grande maioria de origem italiana (MANFROI, 1975; OBERACKER JR., 2004; CORRÊA DO LAGO, 2014). A forte e crescente corrente imigratória da Itália para o Rio Grande do Sul fez o governo imperial fundar novas colônias italianas na província gaúcha, dentre as quais estão: Alfredo Chaves (1884), hoje município de Veranópolis, Antônio Prado (1885) e São Marcos (1887). Essas primitivas colônias serviram como centros de irradiação da colonização italiana no Rio Grande do Sul, formando, juntamente com as antigas colônias alemãs e, também, com os numerosos núcleos de colonização particulares posteriores, a base da ocupação e do desenvolvimento econômico e social da região norte do Rio Grande do Sul (OBERACKER JR., 2004; MANFROI, 1975).

Em resumo, em poucos decênios, com base na pequena propriedade rural e no trabalho livre e familiar, colonos alemães e italianos e seus descendentes, ocuparam e transformaram grande parte das terras das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, que, antes, “não possuíam qualquer valor econômico, em paisagens densamente povoadas e cultivadas” (OBERACKER JR., 2004, p. 274). A próxima seção examina as principais características da economia sul-rio-grandense no século XIX.

### **1.3 – Produção e comércio na província do Rio Grande do Sul no século XIX**

Apesar dos dados disponíveis serem incompletos (Tabela 1.1) e as observações de diferentes estudiosos imprecisas, tudo indica que a economia do Rio Grande do Sul alcançou importante progresso entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX (PINHEIRO, 1822; VARELA, 1897; CORRÊA DO LAGO, 2014; SAINT-HILAIRE, 2019; CARDOSO, 2003). De acordo com a Tabela 1.1 a seguir, o valor total das exportações sul-rio-grandenses mais que dobrou entre 1793 e 1807, e em 1818 registrou-se o dobro da quantia exportada no ano de 1807. Esse aumento no valor das exportações foi acompanhado por um

crescimento do volume físico das vendas de charque, couros e trigo, embora o cultivo e a comercialização desse último gênero tenham sido prejudicados a partir de 1810, devido a uma praga que atingiu grande parte das lavouras de trigo do Rio Grande do Sul. Conforme Corrêa do Lago (2014, p. 282-83), “após alcançar um pico [...], com uma média anual de 300 mil alqueires entre 1813 e 1815, as exportações de trigo diminuiriam consideravelmente. Em 1822, [...], as exportações totais alcançaram apenas 73.252 alqueires, e no ano seguinte já se importava farinha de trigo [...] do exterior para o Rio Grande do Sul”.

Tabela 1.1 – Rio Grande do Sul: Valor total e volume físico das exportações de trigo, couros e charque, 1790-1922

Anos	Valor total das exportações (em Réis)	Exportações de trigo (em alqueires)	Exportações de farinha de trigo (em arrobas)	Exportações de couros (em unidades)	Exportações de charque (em arrobas)
1790		73.044	3.715	111.001	209.4
1791		107.298	3.313	128.245	255.3
1792		109.738	2.606	145.571	295.5
1793	433,6	85.854	1.017	127.042	404.7
1804	1.111,00				
1805	1.215,00	136.825		369.216	951.9
1806	1.057,00	87.755		247.991	806.7
1807	1.109,00	140.308			966.0
1808		257.308			868.0
1809		154.038			741.7
1810		190.545			891.7
1811		205.591			1.038.5
1812		213.928		359.911	1.243.9
1813		342.081			1.108.7
1814		270.359			1.303.5
1815	1.582,30	288.447	14.849	419.941	1.259.6
1816	1.884,70	279.622		398.912	1.933.3
1817	1.773,10	133.359			763.1
1818	2.282,40	76.395			919.4
1819		121.542			770.6
1820		109.609		272.678	948.9
1821					
1822		73.252		198.379	711.7

Fonte: Corrêa do Lago (2014, p. 283)

Em contraste ao declínio da produção e exportações de trigo sul-rio-grandense, as atividades vinculadas à pecuária, notadamente a indústria do charque, cresceram quase ininterruptamente entre 1800 e 1835, segundo Corrêa do Lago (2014). Ainda conforme esse autor, nessa época, a pecuária restringiu o desenvolvimento da agricultura sul-rio-grandense. Não obstante, por volta de 1820, além do trigo, também eram produzidos no Rio Grande do Sul: feijão, milho, cevada, arroz e alguns outros gêneros agrícolas destinados ao consumo local (SAINT-HILAIRE, 2019). Gradualmente a agricultura da província gaúcha foi incrementada e diversificada com o avanço da colonização europeia não portuguesa, iniciada em 1824, com a fundação da “Colônia Alemã de São Leopoldo” (OBERACKER JR., 2004; FLORES, 2004; CORRÊA DO LAGO, 2014). Ainda assim, no início da década de 1830, e “apesar dos esforços do governo para estimular o cultivo do trigo, o comércio da província dependia quase exclusivamente do gado e dos subprodutos da pecuária” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 284).

Em geral, o segundo quarto do século XIX foi menos favorável do que o primeiro no que se refere ao progresso econômico da província sul-rio-grandense. Entre os fatores que dificultaram o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul nessa época está a Guerra da Cisplatina (1825-28), que, além de arruinar várias estâncias localizadas nas regiões de fronteira, interrompeu a ascensão da “extração de erva-mate, que crescia de forma selvagem em algumas partes da província e para a qual os mercados do Rio da Prata haviam sido abertos como resultado da política de isolamento do Paraguai, anteriormente um grande fornecedor do produto” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 284).<sup>2</sup> Mais tarde, a Revolução Farroupilha, também conhecida como Revolta dos Farrapos (1835-45), desorganizou profundamente as atividades agrícolas e pastoris em diversas regiões da província gaúcha (VARELA, 1897; AVILA, 2011; CARDOSO, 2003; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Logo após o fim da Revolução Farroupilha, as exportações sul-rio-grandenses de charque alcançaram um pico de mais de 2,5 milhões de arrobas, número quase cinco vezes maior do que a média anual das exportações de charque registradas entre 1835 e 1845, período do conflito separatista. A recuperação do volume físico das exportações do charque gaúcho continuou entre meados da década de 1850 e o final dos anos 1860. Nesse mesmo período, as exportações de erva-mate, que haviam assumido alguma importância na economia gaúcha no início da década de 1820, mas que foram afetadas pela Guerra da Cisplatina e pela Revolução

---

<sup>2</sup> Conforme Corrêa do Lago (2014, p. 553, nota 22), durante o primeiro ano da Guerra da Cisplatina, “forças uruguaias e argentinas ocuparam Bagé, saquearam São Gabriel e devastaram o vale do rio Santa Maria”. Varela (1897) afirma que praticamente não havia estância da fronteira ao centro da província do Rio Grande do Sul que não houvesse sido destruída durante a da Guerra da Cisplatina.

Farroupilha, ganharam novo vigor. Além disso, as exportações interprovinciais de produtos agrícolas, especialmente feijão, fumo, farinha de mandioca e milho, cultivados principalmente nas áreas de colonização recentes da província gaúcha, mostraram uma clara tendência de crescimento no terceiro quarto do século XIX (VARELA, 1897; FLORES, 2004; CORRÊA DO LAGO, 2014; CARDOSO, 2003). Por exemplo, na colônia São Leopoldo, as exportações passaram de 393 contos de réis em 1845 para 822,9 contos de réis em 1857, e em 1870 já alcançavam 1.493,4 contos réis. O crescimento de Santa Cruz, fundada em 1849, também foi muito rápido, tendo suas exportações quase quadruplicadas entre 1860 e 1870 (RIO GRANDE DO SUL, 1859, 1861, 1871; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Em menor proporção, mas igualmente expressivos, foram os desempenhos das exportações dos núcleos coloniais Mundo Novo, Nova Petrópolis, Santo Ângelo e Santa Maria da Soledade, conforme destacou Corrêa do Lago (2014). Ainda de acordo com esse autor, “além de sua contribuição quantitativa para o comércio rio-grandense, os colonos alemães também introduziram o cultivo de novos produtos na região, como o fumo, batatas e diversos tipos de grãos”, afora o cultivo de frutas e hortaliças europeia (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 300). Não obstante, “produtos como batatas, ervilhas, uvas, trigo, centeio e cevada, que também faziam parte dos gêneros rio-grandenses considerados ‘coloniais’, eram em sua maior parte consumidos dentro da província” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 300). Por outro lado, “a farinha de mandioca e o feijão continuariam a representar as principais exportações agrícolas das colônias para outras províncias, enquanto uma fração maior da produção de milho foi destinada à alimentação dos porcos que forneciam matéria-prima para a banha, também exportada em quantidades cada vez maiores” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 301).

É importante destacar que, embora as colônias, isto é, a agricultura baseada na pequena propriedade familiar, contribuíssem expressivamente para as exportações de alimentos agrícolas do Rio Grande do Sul, o desempenho da agricultura sul-rio-grandense no terceiro quarto do século não se restringiu às áreas coloniais. Nos anos 1850, por exemplo, o governo ofereceu incentivos à produção de trigo. Como efeito, houve uma expansão do cultivo do produto para além das áreas das colônias alemãs e, em meados da década de 1860, o trigo tornou-se o principal gênero cultivado no município de Santa Maria, sendo também produzido em grande escala em Caçapava e nos arredores de Bagé. O trigo ainda era cultivado em Encruzilhada, Conceição do Arroio e também Canguçu, onde predominava a criação de gado (RIO GRANDE DO SUL, 1867, 1871; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Não obstante, durante o terceiro quarto do século XIX, com exceção das colônias alemãs, que formavam “ilhas agrícolas” de pequenos proprietários rurais, a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul continuava sendo a pecuária, enquanto a agricultura e a extração de erva-mate constituíam atividades secundárias. Cabe destacar, a agricultura familiar constituía a base econômica das colônias de europeus estabelecidas na província gaúcha no século XIX, uma vez que a maioria das famílias de colonos trabalhava de forma independente em suas próprias terras. Porém, devido a muitos imigrantes terem experiências como artesãos e artífices, o desenvolvimento da produção artesanal com fins comerciais nas colônias também constituiu uma importante atividade econômica na província sul-rio-grandense na segunda metade do século XIX (CARDOSO, 2003; CORRÊA DO LAGO, 2014). Segundo estatísticas oficiais, em 1854-55, havia no Rio Grande do Sul 3.342 casas comerciais, fábricas e oficinas sujeitas a tributação. Desse total, mais da metade pertenciam a estrangeiros. Em 1864-65, foram contabilizados na província gaúcha 3.806 estabelecimentos sujeitos a impostos, dos quais 57,4% eram de propriedade de estrangeiros, sendo que os portugueses representavam 26,1% e os estrangeiros classificados como de outras nacionalidades correspondiam a 31,3% (BRASIL, 1866, p. 451 - Anexo R, Tabela 48).

Nas décadas de 1870 e 1880, a economia sul-rio-grandense tornou-se, segundo Corrêa do Lago (2014), relativamente menos dependentes da pecuária à medida que novas áreas de colonização foram ocupadas e cultivadas por imigrantes e seus descendentes. Ao mesmo tempo, a agricultura continuou a crescer nas colônias já estabelecidas. Além disso, os imigrantes criavam pequenos rebanhos de gado, ovinos e suínos, os quais serviam de matéria prima para produção de banha, embutidos e laticínios. Também produziam produtos derivados do cultivo da cana de açúcar, como o melaço e uma bebida fabricada a partir desta, o *schimer*, além de outras bebidas alcoólicas como o vinho, cultivado pelos italianos, e a cerveja, de tradição alemã. O arroz ganhou foi outro gênero relevante na economia sul-rio-grandense na época, sendo largamente produzido nas colônias, principalmente em Santa Cruz, de onde a produção se expandiu até as zonas charqueadoras na região da Lagoas dos Patos (FONSECA, 1985p; FLORES, 2004; MANFROI, 1975).

Ademais, conforme Corrêa do Lago (2014, p. 320), “enquanto o charque rio-grandense continuava a competir no mercado brasileiro com o do Rio da Prata, o feijão, a farinha de mandioca e a banha produzidos nas áreas coloniais encontravam mercados em expansão em outras províncias”. Porém, durante aquelas duas décadas, “as exportações para o exterior ainda consistiam basicamente em couros e outros subprodutos da pecuária e em fumo, enquanto o

mate teve uma perda considerável de importância” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 320). Assim, apesar da significativa diversificação da estrutura produtiva da província gaúcha ao longo do século XIX, nas décadas de 1870 e 1880, “o comércio de exportação rio-grandense continuava muito dependente dos produtos das charqueadas, que ainda representavam mais de 70% do valor total das exportações” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 321).

Na década de 1890, a economia do Rio Grande do Sul foi afetada pela Revolução Federalista (1893-95). A recuperação foi lenta e, na virada do século, os municípios onde a pecuária era a principal atividade econômica como Bagé, Uruguaiana, Rosário, Canguçu, Caçapava, Dom Pedrito, Alegrete, Livramento, São Borja, e Passo Fundo, ainda se recuperavam dos danos causados pela Revolução Federalista. Por outro lado, as áreas coloniais sul-rio-grandenses progrediram rapidamente com base na pequena propriedade agrícola familiar do imigrante europeu e seus descendentes, especialmente o alemão e italiano, cuja produção assumiu grande importância comercial na economia gaúcha, tanto que, no início do século XIX, as áreas coloniais respondiam pela maior parte da produção agrícola do Rio Grande do Sul (FONSECA, 1980; MANFROI, 1975; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Em resumo, apesar do Rio Grande do Sul ter sido palco de diversos conflitos armados que afetaram a sua economia durante o século XIX, a província gaúcha alcançou significativo progresso. Por um lado, esse desenvolvimento foi baseado nas grandes propriedades pecuaristas localizadas nas regiões sul e sudoeste da província gaúcha, onde não foram fundados núcleos de colonização europeia. Em geral, a pecuária restringiu o desenvolvimento da agricultura nessas regiões, onde a produção de alimentos agrícolas permaneceu basicamente destinada ao abastecimento do mercado local. Por outro lado, o progresso do Rio Grande do Sul no século XIX foi fundamentado no assentamento de imigrantes europeus, na sua maioria imigrantes alemães e italianos, como pequenos proprietários rurais, cujo excedente da produção agrícola abastecia os mercados de diferentes províncias brasileiras. Os imigrantes e seus descendentes ainda desenvolveram a pequena produção de manufatura que contribuiu significativamente para a diversificação produtiva e desenvolvimento industrial incipiente do estado do Rio Grande do Sul.

Apresentadas as características gerais da ocupação territorial e organização econômica sul-rio-grandenses, os próximos capítulos deste estudo visam compreender as relações entre estrutura fundiária e produção agropecuária do Rio Grande do Sul em 1920.

#### 1.4 - Considerações finais do capítulo

Este capítulo apresentou uma síntese das características gerais da ocupação territorial e formação econômica do Rio Grande do Sul. Como visto, a ocupação inicial do atual território sul-rio-grandense resultou da necessidade estratégica da Coroa Portuguesa de assegurar a posse da terra no extremo sul do Brasil e nas fronteiras da Colônia de Sacramento. Devido a questões geográficas e comerciais típicas da região de Campos da Bacia do Prata, a ocupação inicial do Rio Grande do Sul foi orientada pela criação extensiva de gado. Assim, o latifúndio e a pecuária constituíram a base econômica e social original do Rio Grande do Sul.

Mesmo com a colonização açoriana, baseada na pequena propriedade rural e familiar, a economia e a sociedade das planícies da Campanha Gaúcha, isto é, da parte meridional do Rio Grande do Sul, permaneceram orientadas pelo latifúndio pecuarista. Essa situação mudou, parcialmente, com a imigração de alemães e italianos ao longo do século XIX, os quais, naquela época, constituíram uma classe de pequenos proprietários rurais relativamente prósperos que, gradualmente, ocuparam as regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, transformando, desde logo, a estrutura produtiva sul-rio-grandense.

Cabe destacar, ao longo do século XIX e início do século XX, era bastante nítida a divisão territorial e econômica do Rio Grande do Sul entre a metade sul, voltada para grandes propriedades com a pecuária e seus subprodutos como o couro e o charque, que seriam a atividade norteadora do estado, em contraste com as regiões noroeste e norte da província gaúcha, nas quais se desenvolveu a agricultura diversificada baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre e familiar dos imigrantes europeus, especialmente dos alemães e italianos.

Com base na revisão da literatura, apresentada neste capítulo, a colonização baseada no regime de pequena propriedade rural e no trabalho livre familiar do imigrante, em oposição ao modelo latifundiário pecuarista, engendrou e estimulou o desenvolvimento da produção de diferentes produtos agrícolas no Rio Grande do Sul, sendo que o crescente excedente dessa produção foi predominantemente voltada ao abastecimento do mercado interno, fazendo do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX, o “celeiro do Brasil”. O próximo capítulo aprofunda essa questão ao examina a estrutura da produção agropecuária do estado sul-rio-grandense em 1920.

## CAPÍTULO 2

### ESTRUTURAS PRODUTIVAS AGRÍCOLA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1920

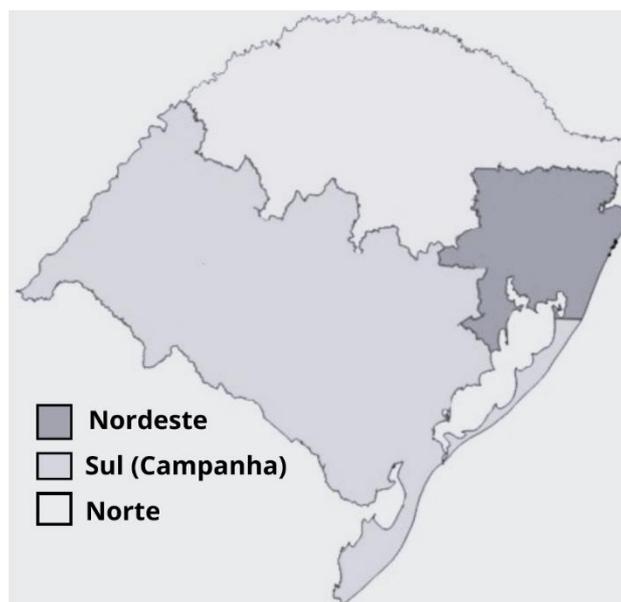
Este capítulo examina a estrutura regional das produções agrícolas e pecuárias do estado do Rio Grande do Sul em 1920. A análise utiliza o conjunto de informações censitárias das 124.990 propriedades rurais recenseadas nos 71 municípios gaúchos existentes naquela época. O capítulo foi organizado em quatro seções. A primeira seção apresenta a divisão territorial do Rio Grande do Sul em 1920. Nas segunda e terceiras seções são analisados os níveis regionais de especialização e diversificação agropecuária do estado sul-rio-grandense naquele ano. Por fim, a quarta seção, apresenta as considerações finais deste capítulo.

#### 2.1 Regiões e produção agropecuária no Rio Grande do Sul em 1920

##### 2.1.1 Regiões e regionalização do estado sul-rio-grandense no início do século XX

A partir do estudo de Fonseca (1985), Alonso, Benetti e Bandeira (1994) e Arend (2010), é possível dividir o território do estado do Rio Grande do Sul na República Velha (1889-1930) em pelo em três grandes regiões históricas e economicamente homogêneas: norte, nordeste e sul, também denominada como Campanha gaúcha. A Figura 2.1 mostra essa divisão do território sul-rio-grandense.

Figura 2.1 – Regiões do Rio Grande do Sul em 1920



Fonte: elaboração do autor com base em Fonseca (1985), Alonso, Benetti e Bandeira (1994) e Arend (2010)

### 2.1.2 Atividade Pecuária

Como observado no primeiro capítulo deste estudo, a formação econômica do estado do Rio Grande do Sul está intrinsecamente ligada à atividade pecuária, fato claramente refletido nos números do recenseamento agropecuário do Brasil de 1920. Nessa época, somados os rebanhos das principais espécies de gado do país, o Rio Grande do Sul era o estado brasileiro com o maior rebanho pecuário. Ao todo, o estado gaúcho concentrava mais de 16,6 milhões de cabeças de gado, o equivalente a 26,2% do rebanho total das principais espécies recenseadas no Brasil em 1920. A composição da estrutura pecuária gaúcha estava assim distribuída: 48,3% do gado eram bovinos; 24,7% ovinos; 18% suínos; 7,3% equinos; 1,1% muars 1,1%; e 0,5% caprinos.

Tabela 2.1 - Gado existente nos imóveis rurais recenseados no Brasil e Rio Grande do Sul, 1920

Espécies	Número de animais existentes nos estabelecimentos rurais recenseados				Razão entre o número de animais recenseados no RS e BR segundo a espécie (%)
	Brasil	%	Rio Grande do Sul	%	
Bovina	31.986.681	50,3	8.058.337	48,3	25,2
Equina	4.513.154	7,1	1.220.178	7,3	27,0
Asinina e Muar	1.533.734	2,4	186.161	1,1	12,1
Ovina	7.013.678	11,0	4.117.505	24,7	58,7
Caprina	4.160.260	6,5	82.686	0,5	2,0
Suína	14.396.834	22,6	3.005.040	18,0	20,9
Total	63.604.341	100	16.669.907	100	26,2

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. LXIV-LXIX).

Nota-se na Tabela 2.1 que, em 1920, quase 60% das criações de ovinos existentes no Brasil pertencerem às propriedades gaúchas. A Tabela 2.2 a seguir mostra a primazia do estado Rio Grande do Sul quanto à criação de gado ovino e, conseqüentemente, na produção lanígera, merecendo ser destacado o fato de somente os municípios gaúchos de Uruguaiana, Sant'Anna do Livramento e Santa Vitória do Palmar, na época, os maiores criadores de animais da espécie ovina do país, possuírem, juntos, um rebanho de ovelha superior a qualquer um dos estados brasileiros – ver Tabelas 2.2 e 2.4 a seguir.

Tabela 2.2 – Número de animais existentes e valor dos rebanhos recenseados nos imóveis rurais brasileiros em 1920

UF/Brasil	Número de animais conforme à espécie						Valor aproximado dos rebanhos em mil-réis					
	Bovina	Suína	Equina	Muar	Ovina	Caprina	Bovina	Suína	Equina	Muar	Ovina	Caprina
Alagoas	360.367	77.433	75.831	11.805	145.909	190.181	44.663	5.212	11.050	2.821	1.971	3.943
Amazonas	222.195	31.678	16.043	1.666	11.192	3.080	30.998	1.940	2.588	573	225	83
Bahia	2.413.092	620.365	314.192	201.398	740.007	1.043.470	272.509	47.833	52.214	45.307	11.455	17.037
Ceará	536.186	163.871	106.759	104.993	353.680	460.615	54.523	10.106	12.663	20.967	5.510	7.961
Distrito Federal	11.922	16.906	2.925	2.766	679	2.067	5.047	1.992	1.653	4.671	53	94
Espírito Santo	152.890	339.970	43.476	27.910	10.284	18.024	22.885	30.842	7.817	7.863	198	335
Goiás	2.841.081	420.366	245.871	38.919	35.840	29.736	214.475	19.416	22.835	10.534	416	399
Maranhão	693.811	143.683	85.934	17.249	35.678	95.106	60.926	9.443	10.615	4.162	528	1.448
Mato Grosso	2.690.454	91.117	152.742	7.436	34.395	7.827	184.058	6.290	18.219	2.512	644	131
Minas Gerais	6.875.958	4.239.731	927.172	293.744	236.030	158.058	931.304	267.880	174.126	85.824	4.975	2.843
Pará	574.788	196.106	59.913	3.865	27.158	13.472	67.088	11.673	8.987	1.256	570	279
Paraíba	408.856	90.030	91.062	61.545	248.179	468.001	55.616	6.252	11.731	12.183	4.746	9.826
Paraná	465.098	670.787	162.585	35.627	46.883	36.549	70.169	59.154	30.612	7.475	844	531
Pernambuco	694.785	212.822	172.102	62.794	371.497	736.833	95.388	11.988	22.023	13.376	5.038	13.690
Piauí	975.722	182.703	96.962	49.691	185.236	259.734	82.534	15.005	9.827	8.984	2.698	4.882
Rio de Janeiro	541.621	439.760	106.204	33.479	27.927	35.672	86.599	44.621	16.913	9.274	464	665
Rio Grande do Norte	292.138	26.824	41.245	77.707	145.903	180.045	34.374	1.607	4.930	13.979	2.326	3.893
Rio Grande do Sul	8.058.337	3.005.040	1.220.178	186.161	4.117.505	82.686	1.129.103	222.228	156.156	34.802	76.254	1.416
Santa Catarina	582.376	582.208	119.510	36.525	44.749	14.562	82.917	41.741	21.692	6.964	781	249
São Paulo	2.290.516	2.777.972	430.144	263.478	79.964	213.521	307.691	234.733	83.267	73.042	1.647	4.296
Sergipe	290.802	46.746	41.496	10.959	110.546	110.245	35.170	2.956	6.061	2.209	1.608	1.720
Território do Acre	13.689	20.716	803	4.017	4.437	776	4.478	2.954	257	1.583	127	31
<b>Brasil</b>	<b>31.986.681</b>	<b>14.396.834</b>	<b>4.513.154</b>	<b>1.533.734</b>	<b>7.013.678</b>	<b>4.160.260</b>	<b>3.872.513</b>	<b>1.055.864</b>	<b>686.237</b>	<b>370.360</b>	<b>123.077</b>	<b>75.694</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. LXIV-LXIX, LXXXI).

Tabela 2.3 – Proporção do número de animais existentes e valor dos rebanhos nos imóveis rurais arrolados no Brasil em 1920 (em %)

UF/Brasil	Proporção do número de animais existentes nos imóveis rurais recenseados						Proporção do valor dos animais existentes nos imóveis rurais recenseados					
	Bovina	Suína	Equina	Muar	Ovina	Caprina	Bovina	Suína	Equina	Muar	Ovina	Caprina
Alagoas	1,1	0,5	1,7	0,8	2,1	4,6	1,2	0,5	1,6	0,8	1,6	5,2
Amazonas	0,7	0,2	0,4	0,1	0,2	0,1	0,8	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1
Bahia	7,5	4,3	7,0	13,1	10,6	25,1	7,0	4,5	7,6	12,2	9,3	22,5
Ceará	1,7	1,1	2,4	6,8	5,0	11,1	1,4	1,0	1,8	5,7	4,5	10,5
Distrito Federal	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	1,3	0,0	0,1
Espírito Santo	0,5	2,4	1,0	1,8	0,1	0,4	0,6	2,9	1,1	2,1	0,2	0,4
Goiás	8,9	2,9	5,4	2,5	0,5	0,7	5,5	1,8	3,3	2,8	0,3	0,5
Maranhão	2,2	1,0	1,9	1,1	0,5	2,3	1,6	0,9	1,5	1,1	0,4	1,9
Mato Grosso	8,4	0,6	3,4	0,5	0,5	0,2	4,8	0,6	2,7	0,7	0,5	0,2
Minas Gerais	21,5	29,4	20,5	19,2	3,4	3,8	24,0	25,4	25,4	23,2	4,0	3,8
Pará	1,8	1,4	1,3	0,3	0,4	0,3	1,7	1,1	1,3	0,3	0,5	0,4
Paraíba	1,3	0,6	2,0	4,0	3,5	11,2	1,4	0,6	1,7	3,3	3,9	13,0
Paraná	1,5	4,7	3,6	2,3	0,7	0,9	1,8	5,6	4,5	2,0	0,7	0,7
Pernambuco	2,2	1,5	3,8	4,1	5,3	17,7	2,5	1,1	3,2	3,6	4,1	18,1
Piauí	3,1	1,3	2,1	3,2	2,6	6,2	2,1	1,4	1,4	2,4	2,2	6,4
Rio de Janeiro	1,7	3,1	2,4	2,2	0,4	0,9	2,2	4,2	2,5	2,5	0,4	0,9
Rio Grande do Norte	0,9	0,2	0,9	5,1	2,1	4,3	0,9	0,2	0,7	3,8	1,9	5,1
Rio Grande do Sul	25,2	20,9	27,0	12,1	58,7	2,0	29,2	21,0	22,8	9,4	62,0	1,9
Santa Catarina	1,8	4,0	2,6	2,4	0,6	0,4	2,1	4,0	3,2	1,9	0,6	0,3
São Paulo	7,2	19,3	9,5	17,2	1,1	5,1	7,9	22,2	12,1	19,7	1,3	5,7
Sergipe	0,9	0,3	0,9	0,7	1,6	2,6	0,9	0,3	0,9	0,6	1,3	2,3
Território do Acre	0,04	0,1	0,02	0,3	0,1	0,02	0,1	0,3	0,04	0,4	0,1	0,04
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabela 2.2.

Tabela 2.4 – Rio Grande do Sul: municípios com os maiores rebanhos de ovinos em 1920

Municípios	Nº. de cabeças de ovinos	Municípios	Nº. de cabeças de ovinos
1-Uruguayana	532.681	11- São Borja	131.300
2-Santa Victoria do Palmar	369.197	12-Herval	109.744
3-Sant ' Anna do Livramento	324.505	13-Pinheiro Machado	91.838
4-Bagé	269.038	14-Lavras	90.335
5-Alegrete	266.260	15-Itaquy	79.488
6-Dom Pedrito	244.104	16-Rio Grande	79.369
7-Quarahy	224.035	17-Piratinhy	75.765
8-Arroyo Grande	187.188	18-Caçapava	69.155
9-Jaguarão	172.348	19-Cruz Alta	60.039
10-São Gabriel	136.198	20-Rosario	60.843

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. LXXVIII).

Quanto ao rebanho bovino, principal espécie de gado pecuário do Brasil, o estado do Rio Grande do Sul possuía, em 1920, o maior rebanho bovino do país, com mais de 8 milhões de cabeças de gado, o equivalente a 25,2% do número total do gado bovino recenseado no Brasil naquele ano (Tabela 2.1). Avaliado em mais de 1.1 milhão de contos de réis, o rebanho bovino gaúcho correspondia a quase 30% do valor total do gado bovino existente nos imóveis rurais brasileiros e quase 70% do valor de todos dos rebanhos das propriedades sul-rio-grandenses recenseadas (Tabela 2.4). Além disso, nota-se na Tabela 2.5 abaixo que nove entre os dez maiores municípios brasileiros criadores de gado bovino eram gaúchos, sendo que Alegrete não era apenas o primeiro, mas seu rebanho excedia aos rebanhos da mesma espécie de oito unidades federativas do país: Paraná (465.098 cabeças), Alagoas (360.367), Paraíba (408.856), Sergipe (290.802), Amazonas (222.195), Espírito Santo (152.890), Distrito Federal (11.922), Rio Grande do Norte (292.138) e Território do Acre (13.689) – ver Tabelas 2.2 e 2.5.

Tabela 2.5 – Municípios brasileiros com os maiores rebanhos bovinos em 1920

Municípios	Nº. de cabeças de bovinos	Municípios	Nº. de cabeças de bovinos
1-Alegrete (RS)	501.123	11-Cachoiera (RS)	257.530
2-Uruguayana (RS)	433.466	12-Uberaba (MG)	255.884
3-Sant'Anna do Livramento (RS)	422.508	13-Ponta Porã (MT)	239.089
4-Campo Grande (MT)	372.919	14-Lages (SC)	221.558
5-São Borja (RS)	357.323	15-Bella Vista (MT)	212.736
6-São Gabriel (RS)	348.718	16-Cruz Alta (RS)	201.231
7- Bagé (RS)	340.847	17-Quarahy (RS)	195.386
8-Paracatú (MG)	334.999	18-Jatahy (GO)	178.720
9-Rosario (RS)	297.968	19. B.V.do Rio Branco (AM)	177.528
10-Dom Pedrito (RS)	297.125	20-Rio Verde (GO)	174.800

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. LXXV).

O estado sul-rio-grandense ainda concentrava uma parcela considerável (27%) do rebanho equino do Brasil (Tabela 2.2), sendo que Alegrete e São Borja eram os maiores criadores de gado dessa espécie dentre todos municípios brasileiros de 1920 (Tabela 2.6). Cabe destacar, dos 20 municípios com os maiores rebanhos equinos do país, 14 deles (70%) pertenciam ao estado do Rio Grande do Sul, conforme Tabela 2.6 abaixo.

Tabela 2.6 – Municípios brasileiros com os maiores rebanhos equinos em 1920

Municípios	Nº. de cabeças de equinos	Municípios	Nº. de cabeças de equinos
1-Alegrete (RS)	70.080,00	11-Santa'Anna do Livramento (RS)	33.966,00
2-São Borja (RS)	53.688,00	12-Caxias (RS)	32.848,00
3-Salinas (MG)	48.211,00	13-Itaquy (RS)	32.777,00
4-Cachoeira (RS)	45.836,00	14-Lages (SC)	32.618,00
5-Arassuahy (MG)	43.140,00	15-Cruz Alta (RS)	32.609,00
6-Paracatú (MG)	42.091,00	16-Rosario (RS)	31.999,00
7-Uruguayana (RS)	39.820,00	17- Soledade (RS)	31.705,00
8-Palmeira (RS)	39.713,00	18-Ponta Porã (MT)	31.139,00
9-Conceição do Serro (MG)	25.601,00	19-Vaccaria (RS)	30.508,00
10-São Gabriel (RS)	34.382,00	10-Bagé (RS)	30.308,00

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. LXXVI).

Regionalmente, nota-se na Tabela 2.7 abaixo que, em 1920, a região sul do estado do Rio Grande do Sul, conhecida como Campanha, reunia, somando todas as espécies pecuárias recenseadas, mais de 11.3 milhões de cabeças de gado. Esse número, representava mais de dois terços do total dos rebanhos do estado gaúcho. As criações de bovinos (54%) e ovinos (33,9%) tinham maior importância relativa na estrutura da atividade pecuária da Campanha gaúcha, região onde estava concentrada grande parte dos rebanhos ovino (93,5%), bovino (76,3%), equino (62,1%) e caprino (64,2%) do Rio Grande do Sul, revelando ser aquela uma região tipicamente pecuaristas (Tabela 2.8).

Tabela 2.7 – Número de cabeças e proporção dos rebanhos das espécies de gado existentes nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920

Espécie de Animais	Sul (Campanha)		Norte		Nordeste	
	Total	%	Total	%	Total	%
Bovina	6.136.100	54,0	1.354.312	36,7	567.925	34,9
Equina	758.320	6,7	331.508	9,0	130.346	8,0
Asinina e Muar	58.229	0,5	88.165	2,4	39.767	2,4
Ovina	3.848.297	33,9	188.686	5,1	80.502	4,9
Caprina	53.125	0,5	19.303	0,5	10.258	0,6
Suína	499.934	4,4	1.705.878	46,3	799.227	49,1
Total	11.354.005	100	3.687.852	100	1.628.025	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 60-61, 486-90).

Tabela 2.8 – Rio Grande do Sul: Distribuição percentual do rebanho de gado existente nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920, segundo as espécies

Espécie de Animais	Sul (Campanha)	Norte	Nordeste	RS
Bovina	76,1	16,8	7,0	100
Equina	62,1	27,2	10,7	100
Asinina e Muar	31,3	47,4	21,4	100
Ovina	93,5	4,6	2,0	100
Caprina	64,2	23,3	12,4	100
Suína	16,6	56,8	26,6	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 486-90).

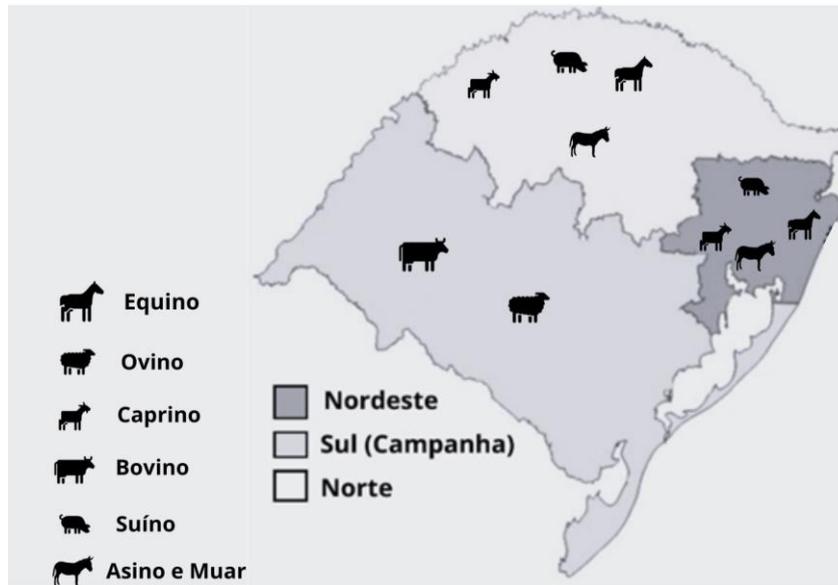
Por outro lado, a região norte do Rio Grande do Sul reunia a maior parcela dos rebanhos suínos (56,8%), asininos e muares (47,4%) do estado gaúcho (Tabela 2.8). Porém, conforme a Tabela 2.7, as criações de suínos (46,3%) e bovinos (36,7%) tinham maior importância relativa na estrutura pecuária do norte sul-rio-grandense, bem como eram igualmente importantes no noroeste do estado gaúcho, onde os rebanhos suínos e bovinos representavam, respectivamente, 49,1% e 34,9% do número total das cabeças de gado existentes nessa região (Tabela 2.7).

A importância da criação de gado bovino na Campanha gaúcha é evidenciada pelo índice de especialização pecuária ( $I_{desp_p}$ ), que pode ser calculado como:

$$I_{desp_a} = \frac{\frac{e_i}{E_i}}{\frac{e}{E}}$$

onde  $I_{desp_p}$  é o índice de especialização pecuária;  $e_i$  é o número de cabeças de gado da espécie  $i$  de determinada região;  $e$  é o total do gado de todas as espécies existentes na região;  $E_i$  é o número absoluto de cabeças de gado da espécie  $i$ ; e  $E$  é a criação total de todas as espécies de gado. Como resultado,  $I_{desp_p}$  superior a 1 (um) indica que a região analisada é especializada na criação de determinada espécie de gado. Assim sendo, a Figura 2.1 a seguir mostra a especialização da Campanha gaúcha na criação de bovinos e ovinos, enquanto as regiões norte e nordeste do estado sul-rio-grandense apresentavam especialização nas criações de equinos, suínos, caprinos, asininos e muares.

Figura 2.2- Especialização pecuária nas regiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Tabela A2 do Anexo

Cabe destacar, o índice de especialização pecuária ( $I_{desp_p}$ ) não deve ser entendido como sinônimo de criação de uma única espécie de gado, mas sim pela “perspectiva de que uma região pode ser multiespecializada. Assim sendo, neste estudo, o índice de especialização produtiva não representa a oposição simples entre especialização e diversificação da produção. Logo, os indicadores de especialização pecuária em diferentes espécies de gado no norte e nordeste do Rio Grande do Sul (Figura 1.1) indicam uma maior dinâmica na atividade criatória dessas regiões em 1920. Como será avaliado mais adiante, esse resultado pode estar relacionado ao predomínio da pequena e média propriedade rural no norte e nordeste gaúchos, regiões que, segundo Fonseca (1985), foram colonizadas e desenvolvidas a partir da pequena propriedade e trabalho familiar de imigrantes, principalmente alemães e italianos.

Por outro lado, conforme os dados do censo agropecuário do Brasil de 1920, nessa época o Rio Grande do Sul era o estado brasileiro com o maior número de bovinos e ovinos abatidos e comercializados no país. Em valores monetários, os animais das diversas espécies abatidas nos estabelecimentos rurais gaúchos representavam quase um terço do valor total dos rebanhos abatidos no Brasil naquele ano (Tabela 2.9).

Tabela 2.9 – Valor total dos animais das diversas espécies abatidas nos estabelecimentos rurais recenseados no Brasil em 1920

Estados brasileiros	Valor aproximado em mil-réis	Estados brasileiros	Valor aproximado em mil-réis
1°Rio Grande do Sul	126.543	12°Parahyba	7.546
2°Minas Gerais	74.922	13°Espírito Santo	7.541
3°São Paulo	57.190	14°Matto Grosso	6.940
4°Bahia	21.882	15°Rio Grande do Norte	5.336
5°Paraná	14.279	16°Pará	4.570
6°Santa Catarina	13.871	17°Maranhão	3.702
7°Pernambuco	11.879	18°Alagoas	2.694
8°Rio de Janeiro	10.280	19°Sergipe	2.391
9°Piauí	9.515	20°Amazonas	1.601
10°Goyaz	8.906	21°Território do Acre	801
11°Ceará	8.216	22°Distrito Federal	281

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, p. LXXX).

Do ponto de vista regional, a Tabela 2.10 abaixo mostra que, em 1920, a Campanha gaúcha era a principal região produtora de carne do Rio Grande do Sul, cabendo destaque aos municípios de Uruguaiana, Alegrete e Sant'anna do Livramento, que se encontravam entre os maiores criadores de gado bovino e ovinos do Brasil (Tabelas 2.4 e 2.5).

Tabela 2.10 – Rio Grande do Sul: produção regional de carne conforme número de animais abatidos nos estabelecimentos rurais recenseados em 1920 (em %)

Região/RS	Produção de carne conforme o número de animais abatidos em %		
	Bovino	Ovina	Suína
Sul (Campanha)	77,89	93,02	16,03
Norte	15,8	5,0	59,7
Noroeste	6,4	2,0	24,2
Rio Grande do Sul	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (Brasil, 1924, p. 498-502).

Quanto à produção e comercialização de leite, em 1920, o Rio Grande do Sul era o segundo maior estado leiteiro do Brasil, atrás de Minas Gerais. Conforme a Tabela 2.11 abaixo, diferentemente da Campanha gaúcha, cuja criação pecuária era principalmente voltada ao gado de corte (Tabela 2.9), a região nordeste do Rio Grande do Sul se destacava na criação de gado para produção de laticínios. Nota-se na Tabela 2.11 que mais de três quintos do total de litros de leite vendido pelo Rio Grande do Sul era produzido no nordeste do estado gaúcho, região que ainda se notabilizava na produção estadual de nata de leite e queijo. Por outro lado, cabia a Campanha gaúcha a primazia na fabricação de lã no Rio Grande do Sul (Tabela 11), estado cuja

produção lanífera alcançou, em 1920, aproximadamente 3.5 toneladas, o equivalente a 97% da produção nacional de lã naquele ano (BRASIL, 1924).

Tabela 2.11 – Rio Grande do Sul: produção regional de laticínios e lã em 1920 (em %)

Região/RS	Produção de laticínios e lã em %				
	Leite	Nata de Leite	Manteiga	Queijo	Lã
Sul (Campanha)	23,9	3,8	27,3	24,4	92,7
Norte	12,9	36,4	41,9	35,0	5,9
Nordeste	63,3	59,8	30,7	40,6	1,4
Rio Grande do Sul	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (Brasil, 1924, p. 498-502).

O Rio Grande do Sul também era o maior produtor de manteiga do Brasil, sendo responsável pela fabricação de aproximadamente 45% da produção nacional (BRASIL, 1924). As regiões, norte (41,9%) e nordeste (30,7%) sul-rio-grandenses eram as principais produtoras de manteiga do estado gaúcho, concentrando mais de 70% da produção estadual (Tabela 2.11).

Em suma, os dados reunidos no censo do Brasil de 1920 revelam a relevância do estado do Rio Grande do Sul na pecuária do país, bem como permitem verificar a importância dessa atividade na região da Campanha gaúcha e na economia do estado sul-rio-grandense como um todo. Entretanto, como observou Fonseca (1980), na época, não apenas a atividade pecuária, mas também a produção agrícola do Rio Grande do Sul tornou o estado gaúcho nacionalmente conhecido como “Celeiro do Brasil”. Assim sendo, a próxima seção objetiva avaliar a estrutura produtiva agrícola do estado e regiões do Rio Grande do Sul em 1920.

### 2.2.3 Agricultura

O censo agrícola de 1920 apurou informações de 124.990 propriedades rurais no estado do Rio Grande do Sul. Somadas, as extensões territoriais dessas propriedades totalizavam uma área de 18.578.923 hectares, dos quais cerca de 4,1% (756.457 hectares) eram cultivados. A extensão das terras produtivas em matas, isto é, destinadas à cultivo agrícola, porém não cultivadas, representava 12,9% (2.400.213 hectares) da área total dos estabelecimentos rurais do estado sul-rio-grandense, enquanto as terras sem destino produtivo definido totalizavam 15.422.253 hectares (83%). Assim, em 1920, a área produtiva (terras cultivadas e em matas) do Rio Grande do Sul correspondia a 17% da extensão dos imóveis rurais recenseados no estado gaúcho. As Tabelas 2.12 e 2.13 apresentam uma síntese dos dados censitários referentes à área dos imóveis rurais recenseados no Rio Grande do Sul em 1920.

Tabela 2.12 – Rio Grande do Sul: área produtiva dos imóveis rurais recenseados em 1920

Região/RS	Nº de imóveis recenseados	Área dos imóveis rurais recenseados em hectare			
		Total	Área Produtiva		Destino indefinido
			Cultivada	Matas	
Sul (Campanha)	40.531	11.631.052	173.051	666.863	10.791.338
Norte	53.991	5.410.865	379.411	1.445.718	3.585.436
Nordeste	30.468	1.537.006	210.036	287.632	1.039.388
Rio Grande do Sul	124.990	18.578.923	762.498	2.400.213	15.416.162

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo agrícola brasileiro de 1920 (BRASIL 1923, p. XVII; BRASIL, 1924, 312-16).

Tabela 2.13 – Participação regional e estadual na área das propriedades rurais recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920

Região/RS	Proporção da área dos imóveis rurais recenseados (%)			
	Cultivada	Matas	Destino indefinido	Total em relação ao Rio Grande do Sul
Sul (Campanha)	22,7	27,8	70,0	62,6
Norte	49,8	60,2	23,3	29,1
Nordeste	27,5	12,0	6,7	8,3
Rio Grande do Sul	4,1	12,9	83,0	100

Fonte: Tabela 2.12

Conforme a Tabela 2.13, a extensão territorial das propriedades recenseadas na região sul do Rio Grande do Sul em 1920 representava 62,6% da área total dos imóveis rurais sul-rio-grandenses arroladas no censo daquele ano. Porém, as terras cultivadas na Campanha gaúcha ocupavam pouco mais de um quinto da área total das terras cultivadas no Rio Grande do Sul. Por outro lado, as regiões norte e nordeste, embora ocupassem, juntas, menos de dois quintos da extensão das terras dos imóveis rurais gaúchos, representavam quase 80% da área plantada no estado sul-rio-grandense. Vale notar, a maioria das propriedades rurais recenseadas (32,4%) no Rio Grande do Sul estava localizada no norte do estado gaúcho, região que concentrava quase 50% das terras estaduais cultivadas. Como será discutido mais adiante, esse resultado assim como os níveis de especialização e diversificação na agricultura da região norte gaúcha parece estar diretamente relacionado ao modelo de colonização do norte do Rio Grande do Sul, isto é, a colonização baseada na pequena propriedade rural.

Nota-se na Tabela 2.14 abaixo que as culturas de milho, trigo e feijão ocupavam, juntas, mais de 80% das terras agrícolas cultivadas no Rio Grande do Sul em 1920.<sup>3</sup> Em menor

<sup>3</sup> Conforme destacado no censo agrícola do Brasil de 1920, algumas vezes a extensão das áreas que correspondem ao cultivo de feijão e mandioca foram consideradas em conjunto com a cultura do milho, uma vez que, na época, as plantações de milho, feijão e mandioca geralmente eram associadas no mesmo terreno. Assim, devido à falta de melhores informações que possibilitassem separar essas plantações, o Censo de 1920 tomou como base a maior área cultivada, quase sempre pertencente à lavoura do milho (BRASIL, 1924).

proporção, mas entre os gêneros com maior área plantada no estado sul-rio-grandense, estavam o arroz (7,2%), mandioca (4,3%) e fumo (2,8%). Cana de açúcar (1,1%), algodão (0,2%) e batata inglesa (0,8%) eram outros importantes gêneros cultivados no estado gaúcho. Além desses produtos, maniçoba, mamona, café, coco e cacau, reunidos na Tabela 2.14 como Diversos, totalizavam 0,9% do total da extensão das terras cultivada no Rio Grande do Sul.

Tabela 2.14 – Rio Grande do Sul: área cultivada e proporção da extensão das terras plantadas com diferentes gêneros agrícolas em relação a área total cultivada

<b>Gêneros Agrícolas</b>	<b>Área cultivada em hectares</b>	<b>Proporção (%)</b>
Milho	399.851	52,9
Trigo	130.053	17,2
Feijão	102.614	13,6
Arroz	54.590	7,2
Batata Inglesa	6.268	0,8
Mandioca	32.641	4,3
Fumo	20.939	2,8
Cana de Açúcar	8.069	1,1
Algodão	1.222	0,2
Diversos*	6.478	0,03

**Nota:** \* Inclui os seguintes produtos: café, mamona, maniçoba, coco e cacau.

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL 1924, p. XXI-XXXVIII).

Conforme Fonseca (1985) e Santos (1984), grande parte dos gêneros apresentados na Tabela 2.14 era destinada ao abastecimento dos mercados internos e externos à economia gaúcha. Além desses produtos, frutas, hortaliças e leguminosa completavam a lista de gêneros alimentares que fizeram o estado do Rio Grande do Sul receber, na época, a alcunha de “Celeiro do Brasil” (FONSECA, 1985). Cabe destacar, em 1920, o estado sul-rio-grandense era o terceiro maior produtor de milho Brasil, atrás de Minas Gerais (1º) e São Paulo (2º), tendo produzido, naquele ano, cerca de 1.15 milhão de toneladas de milho, o equivalente a 23% da produção nacional (Tabela 2.15).

Tabela 2.15 – estados brasileiros com as maiores safras de milho no ano agrícola 1919-1920

<b>Estados brasileiros</b>	<b>Número de Sacos de 60kg</b>	<b>%</b>
Minas Gerais	21.194.265	25,4
São Paulo	19.870.842	23,9
Rio Grande do Sul	19.143.902	23,0
Paraná	6.107.682	7,3
Rio de Janeiro	2.984.654	3,6
Bahia	2.408.628	2,9
Santa Catarina	2.308.420	2,8
Goyaz	2.230.388	2,7
Pernambuco	1.778.373	2,1
Espirito Santo	1.446.390	1,7
Outros produtores	3.854.751	4,6
<b>Total</b>	<b>83.328.295</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL 1924, p. XXV).

Vale notar, conforme a Tabela 2.17 abaixo, a maioria dos municípios brasileiros que obtiveram as maiores colheitas de milho em 1920 eram gaúchos, sendo que as safras dos municípios de Guaporé, São João do Montenegro e Lago Vermelha excederam as produções de milho dos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (BRASIL, 1924).

Tabela 2.16 - municípios brasileiros com as maiores safras de milho no ano agrícola 1919-1920

<b>Municípios brasileiros</b>	<b>Número de Sacos de 60kg</b>
1-Guaporé (RS)	1.347.865
2-São Joao do Montenegro (RS)	1.223.562
3-Lagoa Vermelha (RS)	1.075.115
4-Rio Preto (SP)	851.975
5-Pouso Alegre (MG)	849.095
6-Lageado (RS)	780.765
7-Campo Largo (PR)	766.607
8-Alfredo Chaves (RS)	749.967
9-Venancio Ayres (RS)	732.062
10-Assunguy de Cima (PR)	694.172
11-Erechim (RS)	652.020
12-Santa Cruz (RS)	652.020
13-Ijuhy (RS)	633.007
14-Encantado (RS)	600.452
15-Lapa (PR)	567.523
16-Estrella (RS)	566.395
17-Passo Fundo (RS)	544.515
18-Paraisopolis (MG)	543.220
19-Palmeira (RS)	543.135
20-Ribeirao Preto (SP)	540.107

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL 1924, p. XXV).

Nas culturas de arroz e feijão, o Rio Grande do Sul ocupava, em 1920, a terceira posição dentre os estados brasileiros produtores desses gêneros agrícolas, atrás de São Paulo (1º) e Minas Gerais (2º). Na época, o estado gaúcho produziu aproximadamente 113 mil toneladas de arroz e mais de 121 mil toneladas de feijão, o equivalente a 13,5% da produção nacional de arroz e a 16,7% da safra brasileira de feijão do ano agrícola 1919-1920.

O Rio Grande do Sul ainda se destacava nacionalmente na produção de fumo, trigo e batata inglesa, sendo que, segundo os dados do recenseamento de 1920, quase toda a produção de trigo do país (96,1%) era cultivada no estado gaúcho. Quanto à cultura da batata inglesa, mais de dois quintos da safra nacional de 1920 foi colhida no Rio Grande do Sul, que ainda era o segundo maior estado brasileiro produtor de fumo, contribuído com quase 20% da produção do país (Tabela 2.17).

Tabela 2.17 – Principais estados brasileiros produtores de trigo, fumo e batata inglesa no ano agrícola 1919-1920.

Estados/BR	Trigo		Fumo		Batata Inglesa	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Rio Grande do Sul	83.784	96,1	14.480	19,7	62.707	42,3
São Paulo	40	0,05	3.669	5,0	40.723	27,9
Minas Gerais	146	0,17	11.473	15,6	11.540	7,9
Bahia	14	0,02	28.758	39,0	200	0,1
Outros estados	3.197	3,67	15.267	20,7	30.815	21,1
Brasil	87.181	100	73.647	100	145.985	100

Fonte: laboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, p. XXXII- XXXVIII).

Cabe destacar, no que diz respeito a cultura do trigo, artigo no qual o Rio Grande do Sul concentrava quase que absolutamente a produção nacional, os maiores municípios gaúchos produtores eram Guaporé (1º), Alfredo Chaves (2º), Erechim (3º) e Passo Fundo (4º), os quais, como visto (Tabela 2.17), também se destacavam como os principais produtores de milho do Brasil. Regionalmente, vê-se na Tabela 2.18 abaixo o predomínio do cultivo de milho, trigo e feijão na estrutura produtiva regional do estado gaúcha. As regiões Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul tinham mais da metade de sua área plantada com milho e feijão, cujos cultivos geralmente eram associados na mesma lavoura. Outros produtos como arroz e trigo também ocupavam uma parcela significativa da área plantada nas regiões gaúchas.

Tabela 2.18 – Área plantada com diferentes gêneros agrícolas em relação a área total cultivada nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920 (em %)

Gêneros Agrícolas	Percentual da área cultivada nas regiões e estado sul-rio-grandenses			
	Sul (Campanha)	Norte	Nordeste	Rio Grande do Sul
Milho	34,6	65,8	44,2	52,9
Trigo	14,9	17,6	18,3	17,2
Feijão	24,7	8,6	13,4	13,6
Arroz	19,6	1,4	7,6	7,2
Batata Inglesa	2,0	0,3	0,9	0,8
Mandioca	0,8	1,5	12,6	4,3
Fumo	2,8	4,2	0,2	2,8
Cana de Açúcar	0,1	0,5	2,9	1,1
Algodão	0,5	0,1	0,04	0,2
Diversos*	0,04	0,01	0,04	0,03

Nota: \* Inclui os seguintes produtos: café, mamona, maniçoba, coco e cacau.

Fonte: Elaboração do autor a partir das informações de Brasil (1924, p. 3 12-16).

É interessante notar que mais de três quartos das terras cultivadas nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul produziam milho, trigo e feijão, enquanto que a Campanha gaúcha, tradicionalmente conhecida pela criação extensiva de gado, possuía uma distribuição mais equilibrada da produção agrícola. A Tabela 2.19 abaixo revela diferenças consideráveis na estrutura da agricultura regional sul-rio-grandense. Percebe-se que a extensão das lavouras da região norte do estado gaúcho ocupava quase a metade da área total cultivada no Rio Grande do Sul em 1920. Além disso, nota-se que, embora as terras cultivadas na região norte sul-rio-grandense estivessem ocupadas com a plantação de poucos gêneros, essa região representava grande parte das lavouras de milho (62,5%) e fumo (75,7%) do estado gaúcho, além de importantes parcelas das terras estaduais cultivadas com trigo (51,5%), algodão (28,9%), feijão (31,8%) e alguns outros gêneros agrícolas classificados na Tabela 2.19 como diversos (18,8%). Por outro lado, a Campanha gaúcha apresentava as maiores áreas plantadas batatas (54,2%) e algodão (64%), arroz (62,2%), além de manterem participações consideráveis no cultivo estadual de feijão (41,7%), enquanto o noroeste gaúcho detinha a primazia regional no cultivo de mandioca (78,5%), e apresentava as maiores proporções de áreas plantadas com cana de açúcar (72,3%), tendo uma porcentagem aproximada de diversos gêneros como milho (22,6%), arroz (28,3%), feijão (26,7%), batata inglesa (29,3 %) e outros gêneros agrícolas (40,3%).

Tabela 2.19 – Rio Grande do Sul: participação regional na área plantada com diferentes produtos agrícolas em relação a área total cultivada no estado gaúcho em 1920 (em %)

Gêneros Agrícolas	Regiões e estado sul-rio-grandense			
	Sul (Campanha)	Norte	Nordeste	Rio Grande do Sul
Milho	15,0	62,5	22,5	100
Trigo	19,8	51,5	28,7	100
Feijão	41,7	31,7	26,6	100
Arroz	62,2	9,5	28,3	100
Batata Inglesa	54,2	16,5	29,3	100
Mandioca	4,5	17,0	78,5	100
Fumo	22,8	75,7	1,6	100
Cana de Açúcar	2,8	24,9	72,3	100
Algodão	64,0	28,9	7,12	100
Diversos*	31,9	26,7	40,3	100
Total	22,9	50,2	27,0	100

Nota: \* Inclui os seguintes produtos: café, mamona, maniçoba, coco e cacau.

Fonte: laboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, p. 312-16).

Em resumo, os dados censitários de 1920 sugerem que, nessa época, a produção agrícola do Rio Grande do Sul era relativamente diversificada, o que, segundo Fonseca (1980), parece ser uma característica da economia sul-rio-grandense no início do século XX, sendo as

características da agricultura das região norte e nordeste gaúchos semelhantes, isto é, baseadas na pequena propriedade rural e voltadas para produção de gêneros agrícolas comuns de abastecimento dos mercados internos estadual e nacional, enquanto a Campanha gaúcha, além da pecuária extensiva, atividade caracterizada pela presença de latifúndios, ainda possuía uma participação importante na produção estadual de diferentes gêneros agrícolas de abastecimento.

Com o objetivo de avaliar a diversificação na agricultura estadual e regional do Rio Grande do Sul em 1920, foram estimados índices de especialização e diversificação agrícolas para o estado e regiões gaúchas. O cálculo do índice de especialização na agricultura é análogo ao  $I_{desp}$ , apresentado na seção 2.1, enquanto que, segundo Colistete (2015), o índice de diversificação agrícola ( $I_{divarg}$ ) pode ser estimado pela seguinte equação:

$$I_{divarg} = 1 - \left( \frac{\text{percentual da área total cultivada com produtos n}}{\text{número de produtos n}} \right)$$

onde “produtos n” correspondem aos produtos agrícolas que ocupam 5% ou mais da área cultivada na região analisada. Conforme Singh e Dhillon (2004), o índice de diversificação na agricultura permite generalizar a relação entre a vantagem comparativa no cultivo de dois ou mais gêneros agrícolas cultivados na região analisada, uma vez que o predomínio do cultivo de determinado gênero rural influencia na produção de outras culturas. Assim, quanto mais próximo os percentuais da área plantada e quanto maior o número de produtos cultivados em determinada região, maior será o índice de diversificação agrícola (SINGH; DHILLON, 2004).

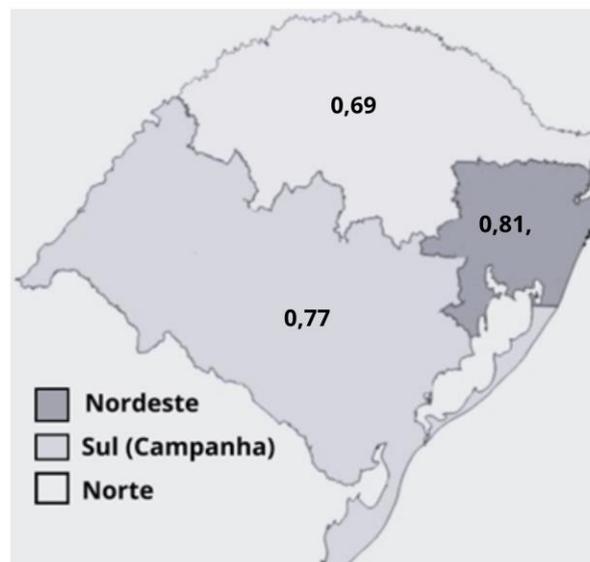
A Tabela 2.20 e a Figura 2.3 a seguir oferecem as estimativas dos índices regionais de diversificação agrícola do Rio Grande do Sul em 1920. Nota-se que, nessa época, a região nordeste do estado sul-rio-grandense apresentava a maior diversificação na agricultura estadual, enquanto o norte gaúcho, apesar das características agrícolas semelhantes às da região nordeste do Rio Grande do Sul, possuía uma diversificação agrícola menor. Por outro lado, as estimativas confirmam a análise anterior referente à diversificação da estrutura produtiva da Campanha gaúcha, que além da criação e produção de gêneros pecuários, possuía uma considerável diversificação na agricultura com o cultivo de diversos alimentícios destinados ao abastecimento interno.

Tabela 2.20 – Rio Grande do Sul: diversificação da produção agrícola regional em 1920

Regiões/RS	Índice de diversificação agrícola
Sul (Campanha)	0,765
Norte	0,693
Nordeste	0,808
Rio Grande do Sul	0,773

Fonte: laboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, p. 312-16).

Figura 2.3 – Rio Grande do Sul: índices regionais de diversificação agrícola em 1920



Fonte: elaboração do autor com base no recenseamento pecuário brasileiro de 1920 (BRASIL, 1923).

A Tabela 2.21 apresenta as estimativas do índice de especialização agrícola das regiões do Rio Grande do Sul e do estado gaúcho como um todo em 1920.

Tabela 2.21 – Especialização agrícola regional no estado do Rio Grande do Sul em 1920

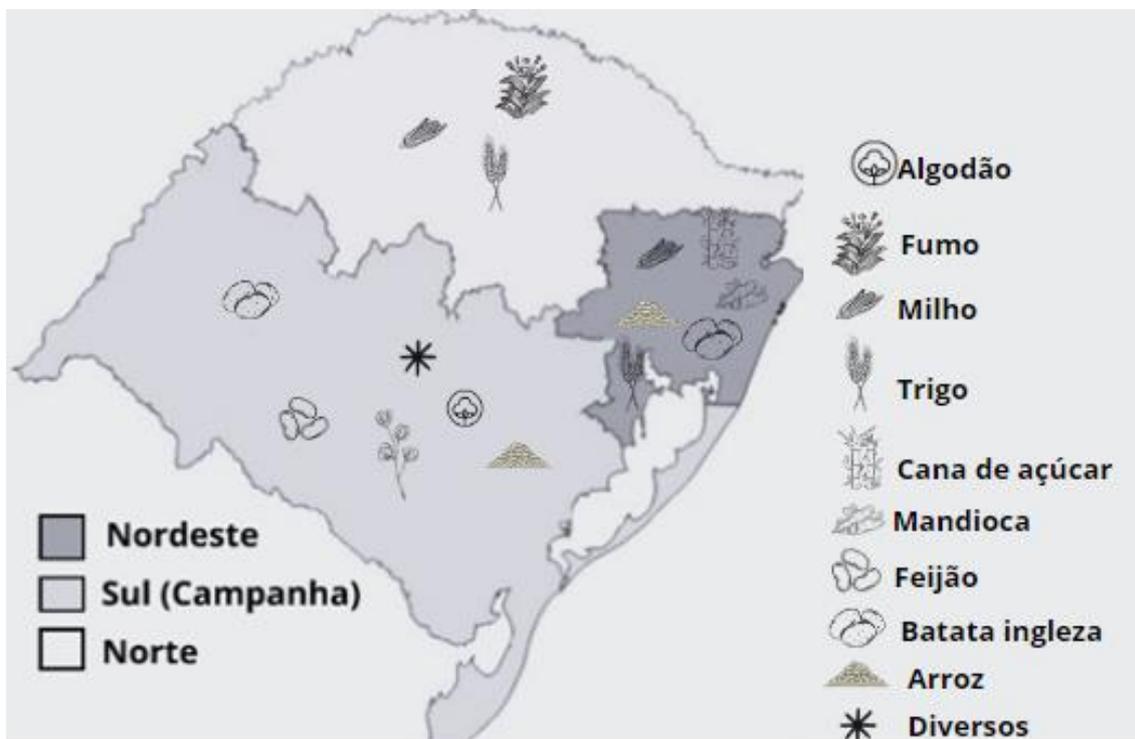
Gêneros Agrícolas	Regiões e estado sul-rio-grandense			
	Sul (Campanha)	Norte	Nordeste	Rio Grande do Sul
Milho	0,65	1,25	0,84	2,25
Trigo	0,87	1,03	1,07	8,39
Feijão	1,82	0,63	1,00	1,34
Arroz	2,72	0,19	1,05	0,90
Batata inglesa	2,37	0,33	1,09	2,77
Mandioca	0,20	0,34	2,91	1,33
Fumo	1,00	1,51	0,06	1,73
Cana de Açúcar	0,12	0,50	2,68	0,17
Algodão	2,80	0,58	0,26	0,03
Diversos*	1,47	0,49	1,55	0,02

Nota: \* Inclui os seguintes produtos: café, mamona, maniçoba, coco e cacau.

Fonte: laboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, p. 312-16).

Verifica-se na Tabela 2.21 que a Campanha gaúcha apresentava especialização produtiva nas culturas de feijão, arroz, algodão, batata inglesa, fumo e em diversos outros produtos agrícolas destinados ao abastecimento. Por outro lado, o norte do estado gaúcho era especializado no cultivo de milho, trigo e fumo, enquanto a região nordeste do Rio Grande do Sul apresentava especialização agrícola no trigo, arroz, mandioca, cana de açúcar, feijão e produtos diversos. A Figura 2.4 ilustra os resultados referentes à especialização agrícola regional do Rio Grande do Sul em 1920.

Figura 2.4 – Rio Grande do Sul: especialização agrícola regional em 1920



Fonte: elaboração do autor com base no recenseamento pecuário brasileiro de 1920 (BRASIL, 1923).

Em resumo, os indicadores estimados sugerem que, em 1920, o estado do Rio Grande do Sul tinha uma produção agrícola diversificada e um quadro variado de especialização produtiva entre as suas diferentes regiões, com destaque para a produção estadual de milho, trigo, feijão, mandioca e fumo. Assim, de modo geral, as estimativas reforçam a ideia de que, nas primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul possuía uma estrutura produtiva relativamente diversificada e basicamente destinada ao fornecimento de alimentos ao mercado interno nacional, tendo recebido, na época, a alcunha de “Celeiro do Brasil”.

### 2.3 - Considerações finais do capítulo

Este capítulo demonstrou que, em 1920, a região sul do Rio Grande do Sul, também conhecida como Campanha gaúcha, concentrava uma parcela considerável do rebanho nacional de bovinos e ovinos, sendo essa região especializada na criação dessas duas espécies de gado. É importante notar que a atividade pecuária não está restrita à criação, mas também à produção de derivados, assim sendo, a especialização na criação de bovinos e ovinos sugerem que as produções de lã e de carne, principalmente o charque, além de artigos de couro, também eram atividades relevantes na estrutura produtiva da Campanha. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste do estado gaúcho eram especializadas na criação de gados domésticos como equinos, muares, caprinos e, principalmente, suínos.

Na agricultura, verificou-se que, apesar da importância da pecuária na atividade econômica da Campanha, essa região apresentava uma diversificação agrícola relativamente alta, com especialização feijão, arroz, algodão, batata inglesa, fumo e em diversos outros produtos agrícolas destinados ao abastecimento. A região nordeste do estado gaúcho possuía o melhor índice de diversificação agrícola regional, bem como era especializada no cultivo do maior número de gêneros alimentícios, cuja produção era basicamente destinada ao abastecimento dos mercados estadual e nacional. Na região norte do Rio Grande do Sul, onde a colonização foi tardia em relação as outras regiões gaúchas, a diversificação e a especialização agrícolas eram relativamente menores, porém, a produção de fumo e trigo, ambos gêneros de exportação que abasteciam outros mercados do país, constituíam importância na estrutura produtiva dessa região.

Em suma, ao que tudo indica, em 1920, as regiões gaúchas apresentavam uma estrutura produtiva agropecuária que, em geral, segue o padrão histórico-demográfico da colonização sul-rio-grandense do século XIX, enquanto o estado do Rio Grande do Sul como um todo, apesar da importância relativa da pecuária, apresentava uma economia relativamente diversificada com destaque para a produção de gêneros de abastecimento do mercado interno.

## **CAPÍTULO 3**

### **DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1920**

Este capítulo analisa a distribuição da propriedade da terra e a desigualdade fundiária no estado do Rio Grande do Sul em 1920. A análise foi organizada em quatro seções. A primeira apresenta a estrutura fundiária regional e estadual do Rio Grande do Sul, utilizando como fonte o censo agrícola do Brasil de 1920. A segunda oferece as estimativas dos índices de Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nas regiões gaúchas e no estado sul-rio-grandense como um todo naquele ano. A terceira seção relaciona a estrutura da produção agropecuária regional do Rio Grande do Sul com o Gini da desigualdade fundiária estimado. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais deste capítulo.

#### **3.1 Distribuição da propriedade da terra no estado sul-rio-grandense em 1920**

A Tabela 3.1 a seguir apresenta a distribuição das propriedades rurais recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920. Nota-se que, nessa época, embora a absoluta maioria (83,6%) dos imóveis rurais gaúchos tivessem menos de 101 hectares, ou seja, fossem pequenas e médias propriedades, a área ocupada por esses imóveis representava menos de um quinto da extensão territorial total (18.810.746 hectares) das propriedades inventariadas no estado sul-rio-grandense em 1920.<sup>4</sup> Nota-se que, somados, os latifúndios com mais de 2.000 hectares de terras correspondiam apenas 1,3% do número de propriedades recenseadas no estado do Rio Grande do Sul em 1920, porém ocupavam quase 40% da área total dos estabelecimentos agrícolas gaúchos arrolados no censo daquele ano (Tabela 3.1). Além disso, chama a atenção o fato de os poucos latifúndios com área superior a 10.000 hectares de terras ocuparem, juntos, cerca da metade da extensão territorial total dos 104.529 imóveis rurais com área inferior a 101 hectares, isto é, pequenas e médias propriedades. Essa disparidade na distribuição da propriedade da terra

---

<sup>4</sup> Conforme observou Ferreira (2019), o Censo agrícola brasileiro de 1920 não definiu pequena, média e grande propriedade, mas considera pequena propriedade os imóveis rurais com menos de 101 hectares de terras. Prado Jr. (1945), baseado em características sociológicas típicas das fazendas paulistas, definiu como pequenas as propriedades com até 25 alqueires, sendo 1 alqueire paulista igual a 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados; propriedades médias tinham, segundo Prado Jr. (1945), entre 25 e 100 alqueires; e grandes fazendas possuíam mais de 100 alqueires. Milliet (1946) considera que propriedades com área entre 100 e 500 alqueires apresentavam características distintas. Assim sendo, ele sugeriu que as fazendas com mais de 500 alqueires seriam melhor caracterizadas como latifúndio, incluindo, desse modo, uma classe de propriedade na classificação originalmente de Prado Jr. (1945). Em termos de hectares, a classificação Prado Jr.-Milliet seria a seguinte: menos de 60,5 hectares para pequenas propriedades; entre 101 e 242 hectares para propriedades médias; mais de 242 hectares e menos de 1.210 hectares para grandes estabelecimentos agrícolas; mais de 1.210 hectares para latifúndios.

é confirmada pelo índice de Gini de concentração fundiária, que será apresentado e analisado na próxima seção. Porém, cabe antecipar que, em 1920, o Gini da desigualdade na distribuição da propriedade da terra no conjunto do estado do Rio Grande do Sul foi 0,80.<sup>5</sup> Esse resultado é superior ao Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras em São Paulo (0,766), Maranhão (0,742), Minas Gerais (0,726) e Pernambuco (0,627) em 1920, algo surpreendente devido os modelos de colonização e desenvolvimento dessas regiões (FERREIRA, 2020).

Tabela 3.1 – Propriedades rurais recenseadas no estado do Rio Grande do Sul em 1920

<b>Extensão das propriedades</b>	<b>Número de propriedades</b>	<b>%</b>	<b>Área média em hectares</b>	<b>Área total em hectares</b>	<b>%</b>
Menos de 41 hectares	77.096	61,7	21	1.619.016	8,6
41 – 100 hectares	27.433	21,9	62	1.700.846	9,0
101 – 200 hectares	7.790	6,2	146	1.137.340	6,0
201 – 400 hectares	4.777	3,8	293	1.399.661	7,4
401 – 1000 hectares	4.415	3,5	685	3.024.275	16,1
1001 – 2000 hectares	1.884	1,5	1.421	2.677.164	14,2
2001 – 5000 hectares	1.200	1,0	3.068	3.681.600	19,6
5001 – 10000 hectares	301	0,2	6.591	1.983.891	10,5
10001 – 25000 hectares	87	0,1	13.817	1.202.079	6,4
25001 e mais hectares	7	0,01%	54.982	384.874	2,0
Rio Grande do Sul	124.990	100	150	18.810.746	100

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 6-7).

Regionalmente, nota-se na Tabela 3.2 a seguir que, em 1920, grande parte (45,6%) dos imóveis rurais gaúchos com menos de 101 hectares de terras (pequenas e médias propriedades) estava localizada no norte do Rio Grande do Sul, região onde a colonização, no século XIX e início do século XX, foi predominantemente baseada na pequena propriedade agrícola familiar. Assim sendo, não surpreende o fato de, em 1920, quase 90% dos imóveis rurais do norte gaúcho serem pequenas e médias propriedades (Tabela 3.4). Porém, esses estabelecimentos agrícolas ocupavam apenas 28,2% da área total dos imóveis recenseados, enquanto os latifúndios com mais de 1.001 hectares terras, que eram uma pequena parcela (1,46%) das propriedades rurais da região norte do estado gaúcho, ocupavam mais de 40% da extensão territorial total dos imóveis recenseados nessa região (Tabelas 3.3 e 3.4). As fazendas com áreas entre 101 e 1.000 hectares, que representavam 10% do número total de imóveis rurais localizadas no norte gaúcho, ocupavam aproximadamente a mesma área das pequenas e médias propriedades dessa região, cerca de 30% da extensão territorial total (Tabela 3.2).

<sup>5</sup> O Gini é um índice que varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, 0 (zero) indica igualdade absoluta e 1 (um) desigualdade absoluta. Assim sendo, quanto mais próximo o índice estiver de 1 (um), maior a desigualdade na distribuição.

Tabela 3.2 – Propriedades agrícolas recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920 segundo regiões e extensão territorial

Extensão das propriedades	Número de propriedades			Participação relativa do número de propriedades no estado gaúcho (regiões/RS)		
	Sul	Norte	Nordeste	Sul	Norte	Nordeste
Menos de 41 hectares	19.196	35.449	22.451	24,9%	46,0%	29,1%
41 – 100 hectares	8.842	12.307	6.284	32,2%	44,9%	22,9%
101 – 200 hectares	3.919	2.875	996	50,3%	36,9%	12,8%
201 – 400 hectares	2.971	1.426	380	62,2%	29,9%	8,0%
401 – 1000 hectares	3.029	1.144	242	68,6%	25,9%	5,5%
1001 – 2000 hectares	1.370	451	63	72,7%	23,9%	3,3%
2001 – 5000 hectares	898	259	43	74,8%	21,6%	3,6%
5001 – 10000 hectares	235	59	7	78,1%	19,6%	2,3%
10001 – 25000 hectares	68	17	2	78,2%	19,5%	2,3%
25001 e mais hectares	3	4	-	42,9%	57,1%	-

Fonte: elaboração do autor a partir do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 185-90).

Tabela 3.3 – Área total das propriedades agrícolas recenseadas no Rio Grande do Sul em 1920 segundo regiões e extensão territorial

Extensão das propriedades	Área total das propriedades			Participação relativa da área total das propriedades nas regiões gaúchas		
	Sul	Norte	Nordeste	Sul	Norte	Nordeste
Menos de 41 hectares	357.730	764.246	470.022	3,1%	14,1%	30,5%
41 – 100 hectares	569.847	760.960	383.365	4,9%	14,1%	24,9%
101 – 200 hectares	579.711	421.709	139.362	4,9%	7,8%	9,1%
201 – 400 hectares	877.823	413.411	108.532	7,5%	7,6%	7,1%
401 – 1000 hectares	1.918.609	739.281	147.372	16,4%	13,7%	9,6%
1001 – 2000 hectares	2.021.719	648.610	87.594	17,3%	12,0%	5,7%
2001 – 5000 hectares	2.763.521	790.995	126.779	23,6%	14,6%	8,2%
5001 – 10000 hectares	1.535.513	403.418	45.080	13,1%	7,5%	2,9%
10001 – 25000 hectares	942.051	231.873	30.492	8,0%	4,3%	2,0%
25001 e mais hectares	1.147.804	237.068	-	1,3%	4,4%	0,0%
Totais	11.714.514	5.411.571	1.538.598	100%	100%	100%

Fonte: elaboração do autor a partir do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 185-90).

Tabela 3.4 – Participação relativa das propriedades agrícolas recenseadas nas regiões do estado Rio Grande do Sul em 1920 segundo extensão territorial (valores percentuais)

<b>Extensão das propriedades</b>	<b>Sul</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>
Menos de 41 hectares	47,4	65,7	73,7
41 – 100 hectares	21,8	22,8	20,6
101 – 200 hectares	9,7	5,3	3,3
201 – 400 hectares	7,3	2,6	1,2
401 – 1000 hectares	7,5	2,1	0,8
1001 – 2000 hectares	3,4	0,8	0,2
2001 – 5000 hectares	2,2	0,5	0,1
5001 – 10000 hectares	0,6	0,1	0,02
10001 – 25000 hectares	0,2	0,03	0,01
25001 e mais hectares	0,01	0,01	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração do autor a partir do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 185-90).

Na região nordeste do estado sul-rio-grandense, onde a organização econômica e social inicial foi semelhante à do norte gaúcho, os imóveis rurais com menos de 101 hectares representavam 94,3% das propriedades (Tabela 3.4) e ocupavam mais da metade da área total dos estabelecimentos rurais recenseados (Tabela 3.3), sendo, assim, uma região tipicamente de pequenos e médios proprietários.

Por outro lado, a Campanha gaúcha era uma região basicamente latifundiária. Em 1920, aproximadamente 75% dos latifúndios do estado sul-rio-grandense pertenciam à região da Campanha, onde também estava localizada uma parcela expressiva (58,4%) das fazendas gaúchas com área entre 101 e 1.000 hectares. Cabe destacar, apesar dos latifúndios com mais de 1.001 hectares representarem apenas 6,41% do número total de estabelecimentos rurais da Campanha gaúcha (Tabela 3.4), essas propriedades ocupavam, juntos, mais de 90% da área total dos imóveis recenseados nessa região em 1920 (Tabela 3.3), enquanto as pequenas e médias propriedades, que totalizavam quase 70% dos imóveis (Tabela 3.4), ocupavam pouco mais de 5% da soma da extensão territorial dos estabelecimentos rurais da Campanha. Convém lembrar, a pecuária extensiva foi a base da formação socioeconômica dessa região e, em 1920, ainda era a principal atividade econômica da Campanha. Assim, não surpreende o fato de as grandes propriedades sul-rio-grandenses estarem concentradas na Campanha gaúcha em 1920.

A próxima seção examina a aparente disparidade na distribuição da propriedade da terra nas regiões do Rio Grande do Sul em 1920.

### 3.2. Concentração fundiária no estado do Rio Grande do Sul em 1920

Para estimar a desigualdade na distribuição da terra no estado do Rio Grande do Sul como um todo e nas regiões gaúchas em 1920, calculou-se o índice de Gini, que, conforme Hoffmann (1998, p. 42), pode ser estimado pela seguinte equação:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \pi_i$$

onde,  $G$  é coeficiente de Gini;  $\pi_i$  é a proporção do número de proprietários de uma população  $n$ , com  $i = 1, \dots, n$ , enquanto  $\Phi_i$  é proporção acumulada da área agrícola ocupada.

Entretanto, Hoffmann (1998) adverte que, quando as informações são disponibilizadas por estratos, como no censo agrícola do Brasil de 1920, o Gini estimado pela equação acima é subestimado, uma vez que não considera a desigualdade na distribuição dentro dos estratos. Por exemplo, conforme a Tabela 3.1, o primeiro estrato inclui todos os proprietários que possuem menos de 41 hectares de terras. Assim, nesse estrato, existem proprietários de 1 hectare ou menos e indivíduos que possuem de 1 a 40 hectares de terras. Para contornar a subestimação causada pela disparidade na distribuição dentro dos estratos, Hoffmann (1998) propôs calcular valores mínimos e máximos do Gini e, em seguida, estimar um coeficiente intermediário utilizando a seguinte equação:

$$G = \frac{1}{3} G_e + \frac{2}{3} G_{máx.}$$

onde,  $G$  é o valor real do Gini estimado,  $G_e$  e  $G_{máx.}$  são, respectivamente, os coeficientes de Gini mínimo e máximo. Ainda conforme Hoffmann (1998),  $G_e$  e  $G_{máx.}$  podem ser calculados pelas seguintes equações:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\Phi_{h-1} + \Phi_h) \pi_h \qquad G_{máx.} = G_e + \sum_{h=1}^k \pi_h Y_h G_h$$

onde,  $G_h$  é o coeficiente de Gini referente à desigualdade dentro do  $h$ -ésimo estrato;  $\pi_h$  é a proporção do número de proprietários do  $h$ -ésimo estrato,  $Y_h$  é a razão entre a área média apropriada pela proporção do número de proprietários e a área total. Convém ressaltar, “quaisquer que sejam as distribuições dentro dos estratos, o índice de Gini ( $G$ ) para a população é, ao menos, igual a  $G_e$  e, no máximo, igual a  $G_{máx.}$ ” (HOFFMANN, 1998, p. 65). Assim sendo,

$$G_e \leq G \leq G_{máx.}$$

O índice de Gini varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, quanto mais próximo o índice estiver de 0 (zero), menor a desigualdade na distribuição. Assim sendo, Câmara (1949, p. 517) sugeriu avaliar a desigualdade na distribuição da propriedade fundiária conforme a Tabela 3.5.

Tabela 3.5 – Classificação do coeficiente de Gini de concentração fundiária

<b>Índice de Gini (G)</b>	<b>Classificação</b>
$0 \leq G \leq 0,100$	Concentração Nula
$0,101 \leq G \leq 0,250$	Concentração Nula a Fraca
$0,251 \leq G \leq 0,500$	Concentração Fraca a Média
$0,501 \leq G \leq 0,700$	Concentração Média a Forte
$0,701 \leq G \leq 0,900$	Concentração Forte a Muito Forte
$0,901 \leq G \leq 1,000$	Concentração Muito Forte a absoluta

**Fonte:** Câmara (1949, p. 517).

A Tabela 3.6 abaixo apresenta o Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nas regiões gaúchas e no estado do Rio Grande do Sul como um todo no ano de 1920. É importante salientar que os resultados do Gini apresentados na Tabela 3. refletem a disparidade na distribuição fundiária entre proprietários de terras. Portanto, os índices de Gini estimados devem ser entendidos como o grau mais baixo da desigualdade na distribuição da propriedade da terra no Rio Grande do Sul, pois a inclusão da população de não proprietários tenderia a aumentar os resultados do Gini. Feita essa ressalva, convém destacar que, apesar do predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades (83,6%) na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul em 1920 (Tabela 3.1), a terra no estado gaúcho era fortemente concentrada, como indica o Gini de 0,80 (Tabela 3.6).

Tabela 3.6 – Concentração da área apropriada por proprietários de terra nas regiões e estado do Rio Grande do Sul em 1920

<b>Regiões/MG</b>	<b>Gini</b>
Sul (Campanha)	0,816
Norte	0,752
Nordeste	0,608
Rio Grande do Sul	0,800

**Fonte:** elaboração do autor a partir do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 6-7, 185-90).

Cabe destacar, conforme a Tabela 3.7 abaixo, o Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras no estado do Rio Grande do Sul é superior aos do Rio de Janeiro (0,724), Minas Gerais (0,726), Maranhão (0,742), Pernambuco (0,627) e São Paulo (0,766) em 1920, algo surpreendente dada as características da organização econômica e social inicial desses estados. No Rio Grande do Sul, onde a colonização foi baseada na pequena propriedade familiar e no trabalho livre do imigrante europeu, esperava-se encontrar uma concentração fundiária fraca ou mediana, conforme se pode deduzir a partir das observações teóricas e históricas clássicas de Furtado (2005), Prado Jr. (2006), Petrone (1982) e Corrêa do Lago (2014).

Tabela 3.7 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras no Brasil e Unidades da Federação em 1920

<b>Brasil/UFs</b>	<b>Gini</b>
Espírito Santo	0,567
Pernambuco	0,627
Ceará	0,721
Rio de Janeiro	0,724
Rio Grande do Norte	0,724
Alagoas	0,725
Minas Gerais	0,726
Maranhão	0,742
Paraíba	0,747
Sergipe	0,761
Mato Grosso	0,761
São Paulo	0,766
Santa Catarina	0,766
Goiás	0,784
Rio Grande do Sul	0,800
Paraná	0,811
Bahia	0,811
Piauí	0,821
Distrito Federal	0,835
Pará	0,877
Amazonas	0,902
Território do Acre	0,937
<b>Brasil</b>	<b>0,835</b>

Fonte: Ferreira (2020, p. 512).

Voltando a Tabela 3.6, vê-se que, em 1920, a Campanha gaúcha apresentava o maior grau de concentração fundiária entre proprietários de terras no estado do Rio Grande do Sul, com Gini de 0,82. Nessa região, Lavras (0,852), onde o povoamento ocorreu *pari passu* ao desenvolvimento da pecuária, era o município onde a propriedade da terra era muito fortemente

concentrada, enquanto em Piratiny (0,669) o Gini de desigualdade na distribuição da propriedade fundiária era o menor da região da Campanha gaúcha, conforme Tabela 3.8.

Tabela 3.8 – Coeficiente GINI das regiões e seus municípios do Rio Grande do Sul em 1920

Região	Gini	Região	Gini
<b>Sul</b>	<b>0,816</b>	<i>Passo Fundo</i>	0,782
<i>Lavras</i>	0,852	<i>Santo Ângelo</i>	0,772
<i>São João Batista de Camaquã (Camaquã)</i>	0,843	<i>Vacaria</i>	0,766
<i>Rio Pardo</i>	0,838	<i>São Luiz Gonzaga</i>	0,757
<i>Rosario</i>	0,832	<i>São Francisco de Paula de Cima da Serra</i>	0,748
<i>São José do Norte</i>	0,804	<i>Soledade</i>	0,742
<i>São Vicente</i>	0,803	<i>Palmeira (Palmeira das Missões)</i>	0,742
<i>Itaquy</i>	0,803	<i>Bom Jesus</i>	0,741
<i>São Jeronymo</i>	0,802	<i>Lagoa Vermelha</i>	0,716
<i>São Gabriel</i>	0,797	<i>Erechim</i>	0,613
<i>Cangussú</i>	0,785	<i>Taquary</i>	0,586
<i>Júlio de Castilhos</i>	0,785	<i>Venancio Ayres</i>	0,494
<i>Arroio Grande</i>	0,783	<i>Lageado</i>	0,481
<i>Alegrete</i>	0,781	<i>Ijuhy</i>	0,475
<i>Encruzilhada</i>	0,778	<i>Santa Cruz</i>	0,471
<i>Rio Grande</i>	0,774	<i>Encantado</i>	0,433
<i>Santa Maria da Bocca do Monte</i>	0,766	<i>Estrella</i>	0,399
<i>São Borja</i>	0,763	<i>Guaporé</i>	0,384
<i>São Lourenço</i>	0,759	<b>Nordeste</b>	<b>0,608</b>
<i>Dom Pedrito</i>	0,757	<i>Dores de Camaquã (Tapes)</i>	0,809
<i>Caçapava</i>	0,755	<i>Porto Alegre</i>	0,793
<i>São Thiago do Boqueirao (Santhiago)</i>	0,753	<i>Conceição do Arroio (Osório)</i>	0,757
<i>Cachoeira</i>	0,750	<i>Santo Amaro (General Câmara)</i>	0,743
<i>São Francisco de Assis</i>	0,748	<i>Gravatahy</i>	0,711
<i>Pelotas</i>	0,745	<i>Triumpho</i>	0,649
<i>Quarahy</i>	0,738	<i>Viamão</i>	0,629
<i>Bagé</i>	0,726	<i>Santo Antônio da Patrulha</i>	0,566
<i>Herval</i>	0,726	<i>Taquara do Mundo Novo (Taquara)</i>	0,519
<i>Uruguayana</i>	0,718	<i>São Sebastião do Cahy</i>	0,518
<i>Jaguarão</i>	0,715	<i>Torres</i>	0,487
<i>Santa Victoria do Palmár</i>	0,714	<i>São João de Montenegro (Montenegro)</i>	0,448
<i>Sant'anna do Livramento</i>	0,711	<i>Bento Gonçalves</i>	0,417
<i>São Sepé</i>	0,702	<i>Garibaldi</i>	0,403
<i>Pinheiro Machado</i>	0,669	<i>São Leopoldo</i>	0,375
<i>Piratiny</i>	0,669	<i>Antônio Prado</i>	0,352
<b>Norte</b>	<b>0,752</b>	<i>Caxias</i>	0,350
<i>Cruz Alta</i>	0,850	<i>Alfredo Chaves (Veranópolis)</i>	0,324

Fonte: elaboração do autor a partir do Censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 185-90).

No Norte do estado sul-rio-grandense, o município de Cruz Alta (0,850), cuja origem e desenvolvimento no século XVIII está vinculado à atividade pecuária, destaca-se devido à forte concentração fundiária. No outro extremo, com menor grau de desigualdade na distribuição da terra no Norte gaúcho, aparece o município de Guaporé, com Gini de 0,384 (Tabela 3.8). No Noroeste do Rio Grande do Sul, onde a concentração fundiária era menor dentre as regiões gaúchas, o município de Dores de Camaquã (hoje Tapes) chama a atenção pelo elevado Gini de concentração fundiária, igual a 0,809. Por outro lado, Alfredo Chaves, atual Veranópolis, apresentava, em 1920, a menor desigualdade na distribuição da terra da região Noroeste do estado gaúcho, com Gini igual a 0,324. Vale notar, a diferença entre os máximos e mínimos do Gini de concentração fundiária municipal, sugerem uma significativa disparidade na distribuição da propriedade da terra no Noroeste do Rio Grande do Sul, embora a colonização dessa região tenha sido predominantemente baseada na pequena propriedade rural familiar.

Observa-se na Tabela 3.9 abaixo que, em 1920, dos 47 municípios gaúchos com concentração fundiária classificada como forte a muito forte, mais de dois terços (68%) pertenciam à região da Campanha. Entre os 15 municípios do Rio Grande do Sul que tinham concentração da propriedade da terra considerada de fraca a média, praticamente a metade estava localizada no Noroeste e a outra parte no Norte do estado gaúcho, enquanto 9 municípios exibiam concentração fundiária classificada entre média e forte. Nessa classificação, o maior número de municipalidades estava nas regiões Nordeste (5), Norte (2) e Sul (2).

Tabela 3.9– Número de municípios por região do Rio Grande do Sul conforme as faixas do Gini de concentração da propriedade da terra em 1920

Índice de Gini (G)	Classificação da concentração	Número de municípios gaúchos conforme o Gini de concentração fundiária			
		Sul (Campanha)	Norte	Nordeste	RS
$0 \leq G \leq 0,100$	Nula	0	0	0	0
$0,101 \leq G \leq 0,250$	Nula a Fraca	0	0	0	0
$0,251 \leq G \leq 0,500$	Fraca a Média	0	7	8	15
$0,501 \leq G \leq 0,700$	Média a Forte	2	2	5	9
$0,701 \leq G \leq 0,900$	Forte a Muito Forte	32	10	5	47
$0,901 \leq G \leq 1,000$	Muito Forte a absoluta	0	0	0	0

Fonte: Tabela 3.8

Em resumo, os resultados do Gini de concentração fundiária demonstram que as regiões gaúchas cuja colonização, nos séculos XVIII e XIX, seguiram o modelo baseado na pequena propriedade rural familiar apresentaram, em 1920, menor desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Por outro lado, a região da Campanha gaúcha, onde a atividade pecuária

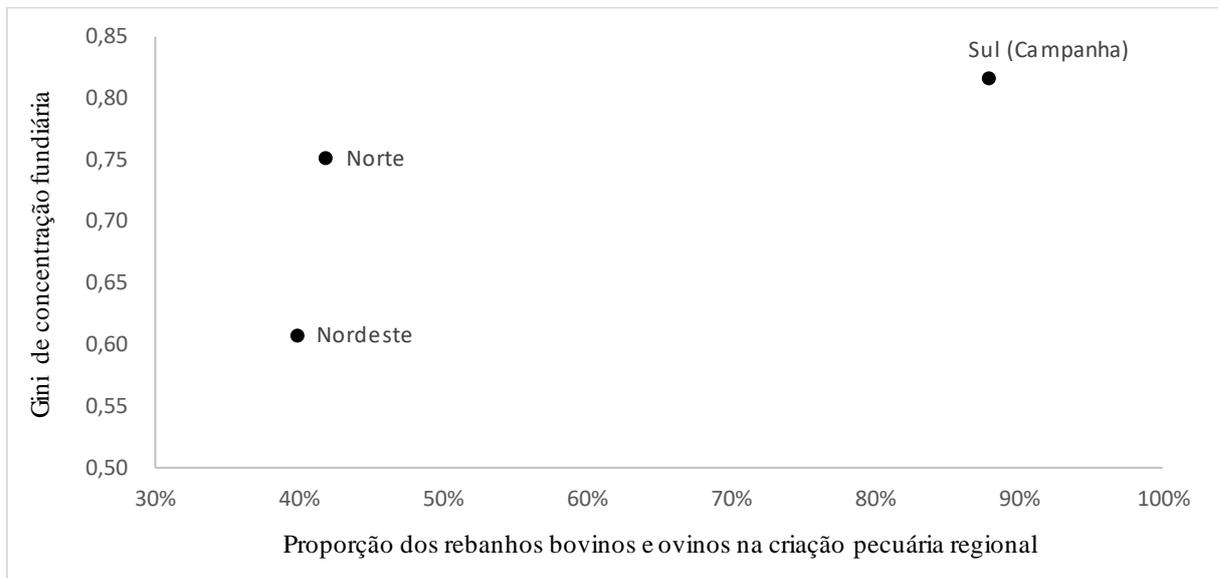
extensiva orientou o processo de ocupação e exploração do solo, a economia evoluiu de modo que, em 1920, existia uma forte concentração fundiária. Cabe destacar, a pecuária extensiva exige grandes extensões de terras, bem como seu desenvolvimento geralmente requer áreas cada vez maiores, fato que contribui para uma maior concentração da propriedade fundiária nas regiões onde a pecuária é a atividade econômica principal. Por fim, os resultados do Gini apresentados na Tabela 3.6 reafirmam que, apesar da predominância da pequena e média propriedade agrícola no estado gaúcho (Tabela 3.1), em 1920, a estrutura fundiária no estado sul-rio-grandense era fortemente concentrada.

A próxima seção examina a relação entre concentração fundiária e estrutura produtiva agropecuária nas regiões gaúchas e no estado do Rio Grande do Sul como um todo em 1920. Antes, porém, é importante ressaltar que os resultados do Gini de concentração fundiária apresentados neste capítulo refletem a desigualdade entre proprietários de terra nos municípios e regiões gaúchas, ou seja, os indivíduos sem terras não foram incluídos nas estimativas. A inclusão dos não proprietários tenderia a aumentar os índices de Gini de concentração fundiária estimados. Assim, deve-se entender os resultados do Gini apresentados nas Tabelas 3.6 e 3.8 como as estimativas mais baixas da desigualdade na distribuição da propriedade da terra nas regiões, municípios e estado gaúchos em 1920.

### **3.4. Gini de concentração fundiária e estrutura produtiva no Rio Grande do Sul**

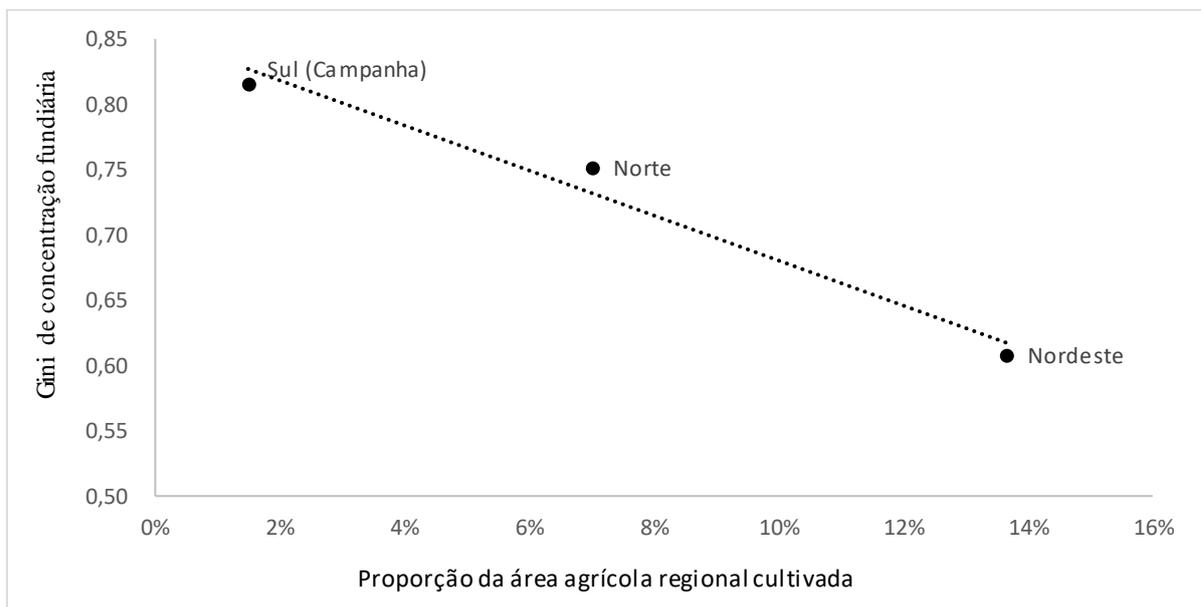
Como visto, em 1920, a Campanha era a região gaúcha com a maior desigualdade na distribuição da terra entre proprietários rurais do Rio Grande do Sul. Esse fato parece estar associado ao predomínio na região da atividade pecuária extensiva, que, desde o século XVIII, orientou o desenvolvimento econômico da Campanha gaúcha. A Figura 3.1 a seguir mostra que, no estado do Rio Grande do Sul, existia, em 1920, uma relação positiva entre o Gini da desigualdade fundiária e a criação extensiva de gado bovino e ovino, que por sua natureza exige grandes extensões de terras, assim como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores. Vê-se nitidamente na Figura 3.1 que, naquela época, a terra era mais fortemente concentrada nas regiões gaúchas onde a criação pecuária apresentava maior relevância econômica regional. Por outro lado, a Figura 3.2 mostra que quanto menor o grau de concentração da propriedade da terra, maior a proporção da área cultivada nas regiões gaúchas em 1920.

Figura 3.1 – Rio Grande do Sul: participação do gado bovino e ovino na criação pecuária e concentração fundiária regional em 1920



Fonte: Tabelas 2.8 e 3.6.

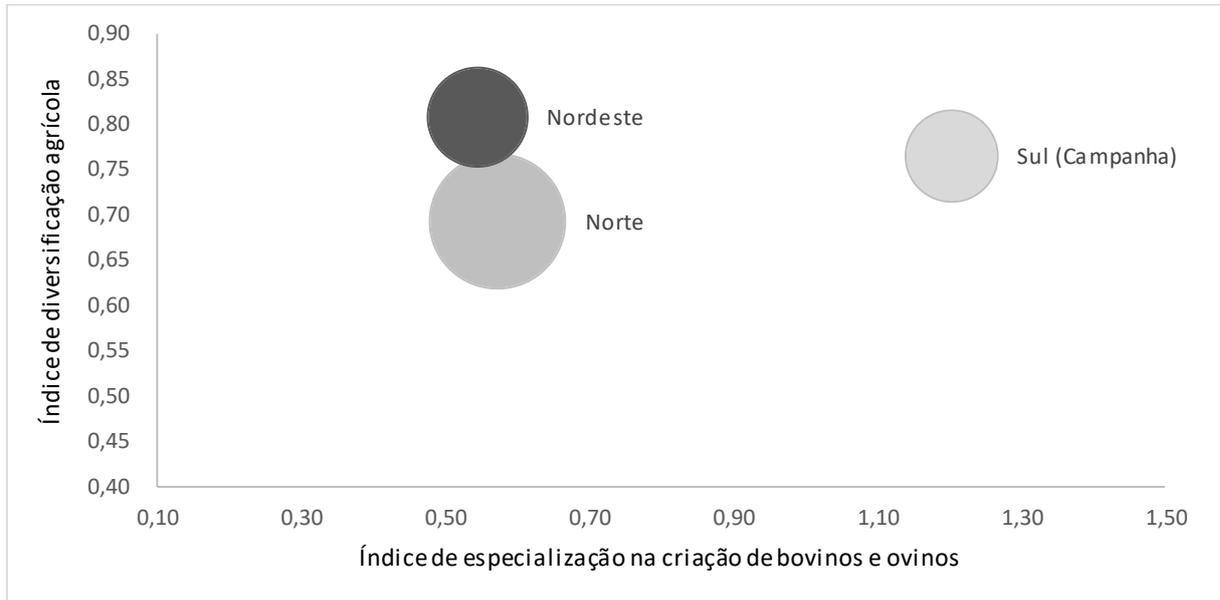
Figura 3.2 – Rio Grande do Sul: Gini de concentração fundiária e proporção da área agrícola regional cultivada em 1920



Fonte: Tabelas 2.12 e 3.6

Na Figura 3.3 a seguir nota-se que, em 1920, a proporção da área agrícola cultivada e o grau de diversificação na agricultura nas regiões sul-rio-grandenses são inversamente relacionados à relevância da pecuária bovina nas respectivas economias regionais.

Figura 3.3 – Rio Grande do Sul: relação entre índices diversificação na agricultura, área agrícola regional cultivada e especialização na criação de bovinos e ovinos em 1920



Nota: O tamanho do círculo corresponde à proporção da área agrícola regional cultivada em 1920

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1920 (BRASIL, 1923 e 1924).

Vê-se, assim, que, em 1920, no Rio Grande do Sul, quanto maior a importância da atividade pecuária, principalmente da criação de bovinos e ovinos, menor a área agrícola cultivada e, conseqüentemente, menor o grau de diversificação na agricultura regional no estado sul-rio-grandense, cuja produção agrícola era basicamente destinada ao abastecimento dos mercados internos, nacional e estadual.

### 3.5. Considerações finais do capítulo

Como visto, embora, em 1920, mais de 80% dos imóveis rurais do Rio Grande do Sul fossem pequenas e médias propriedades, a área ocupada por esses imóveis representava menos de 20% da extensão territorial total dos estabelecimentos agrícolas inventariadas no estado sul-rio-grandense naquele ano. Por outro lado, os latifúndios com mais de 2.000 hectares de terras, que representavam apenas 1,3% do número absoluto dos imóveis rurais gaúchos em 1920, ocupavam quase 40% da área total dos estabelecimentos agrícolas do Rio Grande do Sul naquele ano. Essa desigualdade na distribuição da propriedade fundiária sugere que, em 1920, o predomínio do número de pequenas e médias propriedades não se traduziu em menor concentração da terra no Rio Grande do Sul, o que é confirmado pelo índice de Gini de 0,800 para o conjunto do estado sul-rio-grandense.

Regionalmente, a maior desigualdade na distribuição da propriedade fundiária no estado do Rio Grande do Sul estava na Campanha gaúcha, onde o Gini de 0,816 sintetiza e indica a forte concentração fundiária nessa região, onde, a pecuária extensiva orientou a organização social e o desenvolvimento econômico desde o século XVIII. Em 1920, apesar do predomínio e importância da atividade pecuária na Campanha gaúcha, essa região apresentava um índice de diversificação agrícola relativamente alto. Ainda assim, verificou-se que quanto maior a importância da atividade pecuária, principalmente da criação de bovinos e ovinos, menor a área agrícola cultivada e menor o grau de diversificação na agricultura regional no estado gaúcho.

A região nordeste do Rio Grande do Sul, onde, em 1920, o Gini de concentração fundiária era relativamente menor (0,608), a proporção da área agrícola cultivada e o grau de diversificação na agricultura eram maiores em relação às regiões Norte e Sul (Campanha) do estado gaúcho. Por outro lado, no norte do Rio Grande do Sul, onde a colonização foi predominantemente baseada na pequena propriedade agrícola familiar, a concentração da terra era relativamente elevada (0,752) e a diversificação da produção agrícola não era maior que na Campanha gaúcha.

## **Considerações Finais**

O objetivo deste estudo foi analisar a estrutura fundiária e a produção agropecuária no estado do Rio Grande do Sul em 1920. Para tanto, a princípio, fez-se necessário a compreensão do processo de povoamento do território sul-rio-grandense nos séculos XVIII e XIX, uma vez que o passado colonial parece determinante no processo de desenvolvimento de longo prazo da economia gaúcha. Assim sendo, o Capítulo 1 apresentou uma síntese dos principais aspectos da colonização e da formação econômica do Rio Grande do Sul. Essa síntese demonstrou que a ocupação inicial do atual território do estado sul-rio-grandense resultou da necessidade estratégica da Coroa portuguesa de assegurar seus interesses econômicos na região de Campos da Bacia do Prata, bem como garantir a posse da terra no extremo sul do Brasil. A doação de sesmarias constituiu a base da estratégia portuguesa para povoamento do território sul-rio-grandense no século XVIII. A simples doação não favoreceu a todos indistintamente e contribuiu para a concentração da propriedade fundiária, a qual foi reforçada pela criação extensiva de gado, atividade que por sua natureza exige grandes extensões de terras, assim como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores. Assim, o latifúndio e a pecuária constituíram a base econômica e social original do Rio Grande do Sul, mas notadamente da região da Campanha gaúcha.

Mesmo depois, com a colonização açoriana, baseada na pequena propriedade rural e familiar, a economia e a sociedade das planícies da Campanha Gaúcha, permaneceram orientadas pelo latifúndio pecuarista, o que contribuiu para fazer dessa região a mais desigual em termos de distribuição da propriedade da terra em 1920. Por outro lado, no século XIX, o assentamento de colonos alemães e italianos como pequenos proprietários rurais nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul parece ter contribuído para uma menor desigualdade na distribuição da propriedade da terra nessas regiões em 1920, embora, nessa época, os indicadores de concentração fundiária nessas regiões não fossem desprezíveis.

O Capítulo 2 examinou a estrutura das produções agrícola e pecuária regional e estadual do Rio Grande do Sul em 1920. A partir dos dados do recenseamento brasileiro daquele ano, verificou-se que, nessa época, o estado gaúcho tinha grande parte das suas terras cultivadas dedicadas a produção de gêneros agricultura destinados ao abastecimento dos mercados nacional e estadual, com destaque para o cultivo de arroz, trigo, batata inglesa e fumo. Não obstante, como visto, a atividade pecuária, principalmente a criação de ovinos e bovinos e a produção de gêneros derivados dessas espécies (carne, couros, lã), ainda constituíam a base da economia gaúcha nas primeiras décadas do século XX.

A Campanha gaúcha era única região do Rio Grande do Sul com especialização na criação de ovinos e bovinos, atividade que influenciou fortemente na organização política, econômica e social do daquela região. Por outro lado, as regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul possuíam especialização na criação de gado doméstico como suínos, caprinos e equinos, fato que parece estar diretamente relacionado ao padrão histórico de colonização e organização econômica baseado na pequena propriedade rural familiar.

Apesar da importância da pecuária na vida econômica e social da Campanha gaúcha, essa região apresentava uma diversificação agrícola relativamente alta em 1920, com especialização no cultivo de feijão, arroz, algodão, batata inglesa, fumo e em diversos outros produtos agrícolas destinados ao abastecimento dos mercados estadual e nacional. A região nordeste do Rio Grande do Sul possuía o maior índice de diversificação agrícola regional do estado gaúcho, bem como era especializada no cultivo do maior número de gêneros alimentícios. Na região norte do Rio Grande do Sul, onde a colonização foi tardia em relação as demais regiões gaúchas, a diversificação e a especialização agrícolas eram relativamente menores, porém, a produção de fumo e trigo, ambos gêneros de exportação que abasteciam outros mercados do país, tinham grande importância na estrutura produtiva do norte gaúcho.

O Capítulo 3 examinou a estrutura fundiária e a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado do Rio Grande do Sul em 1920, bem como avaliou a relação entre estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado gaúcho naquele ano. A partir dos dados extraídos do recenseamento agrícola do Brasil de 1920, verificou-se que, apesar do predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades rurais na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado gaúcho era bastante elevada em 1920, como demonstrou o coeficiente Gini de 0,800. Esse resultado é superior ao Gini de concentração fundiária observados, para a mesma época, nos estados brasileiros cuja organização econômica e social foi profundamente marcada pela grande lavoura escravista exportadora como Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Minas Gerais. Assim sendo, a análise da estrutura fundiária sul-rio-grandense juntamente com os resultados estimados para diversificação da produção agrícola sugere a necessidade de uma pesquisa mais profunda sobre a relação existente entre diversificação agrícola e concentração fundiária no início do século XX nos estados e regiões brasileiras onde a colonização foi predominantemente baseada na pequena propriedade agrícola familiar do imigrante europeu.

Ainda assim, nota-se que, nas regiões do Rio Grande do Sul, havia, em 1920, uma forte relação entre concentração fundiária, atividade pecuária extensiva e diversificação na produção

agrícola. Em resumo, quanto maior a desigualdade na distribuição da propriedade da terra, menor a proporção da área cultivada nas regiões gaúcha em 1920. Ao mesmo tempo, quanto maior a importância da criação de bovinos e ovinos na economia regional, menor a área agrícola cultivada nessa economia e menor o grau de diversificação na agricultura da região.

Em conclusão, as estruturas regionais da produção agropecuária do Rio Grande do Sul em 1920, parecem estar associadas ao padrão histórico-demográfico de colonização do território sul-rio-grandense durante os séculos XVIII e XIX, enquanto o estado sul-rio-grandense como um todo, apesar da importância relativa da atividade pecuária, apresentava uma agricultura relativamente diversificada com destaque para a produção de gêneros de abastecimento dos mercados nacional e estadual.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

BRASIL. *Recenseamento do Brazil*, Realizado em 1 de setembro de 1920. Agricultura. Vol. III, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923

BRASIL. *Recenseamento do Brazil*, Realizado em 1 de setembro de 1920. Agricultura. Vol. III, 2ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.

BRASIL. *Relatório apresentado a assembleia na quarta sessão da decima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas, Dr. Antônio Francisco de Paula Sousa*. Rio de Janeiro: Typographia-Perseverança-Rua do Hospício nº91,1866.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado a assembleia provincial de São Pedro do Rio grande do Sul na 2º assembleia da 8ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da província de São Pedro do Rio grande do Sul ao Exmº. Sr. Vice-presidente Comendador Patricio Correa da Câmara*. Porto Alegre: Typographia do Jornal- A ordem, 1861.

RIO GRANDE DO SUL. *Falla dirigida à assembleia legislativa da província de São Pedro do Rio grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello em a segunda sessão da 12ª legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense- A Praça d'Alfandega nº4, 1867.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o excellentissimo senhor conselheiro Francisco Xavier Pinto de Lima abriu a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de 14 de maio de 1871*. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense- A Praça d'Alfandega nº4,1871.

### Referências Bibliográficas

ABRANTES, Visconde de. *Memorias sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

AREND, Marcelo. *Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: Uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionária*. Orientadora: Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário. 2004. 240. (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia área de concentração: Economia Industrial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. *Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul. Causas e Perspectivas*. Porto Alegre. Secretaria do Planejamento e da administração. Fundação de Economia e Estatística/FEE,1994

ÁVILA, Arthur Lima de. Caudilhos e fronteiriços: “A Revolução Farroupilha e seus vínculos rio-platenses”. In: Ávila, Arthur Lima de et al. *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. CORAG - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas.2011. cap 8. p.181-203.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O papel do negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª edição. São Paulo, Civilização Brasileira, 2003
- CARNEIRO, José Fernando, *Imigração e colonização do Brasil*. Publicação Avulsa nº 2. Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1950.
- CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília, Editora da UNB, c1981
- COLISTETE, Renato Perim. “Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, p. 331-354, 2015.
- CORREA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao Trabalho Livre. Brasil 1500-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- HOFFMANN, R. *Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1998, Capítulo 3.
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Tomo II. Tradução Lucia Furquim Lahmeyer. 4ª edição. Belo Horizonte. Editora Itatiaia. São Paulo, EDUSP, 1982.
- FERREIRA, Luiz M. da Silva. “Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920”. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2019.
- FERREIRA, Luiz M. da Silva. *Estrutura fundiária e concentração da propriedade da terra na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920*. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.50 n.3, p.485-512, jul.-set. 2020.
- LACERDA WERNECK, Luiz Peixoto de. *Ideias sobre colonização*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865
- LIMA, Alcides de Mendonça. *História Popular do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro. Club Vinte de Setembro, 1882.
- IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul; EDUCS 2001.
- FLORES, Hilda Agnes Hubner. *História da colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. 1ª Edição. Porto Alegre, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “A integração do norte do RS na economia gaúcha”. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo. Volume 10. Nº25. p.131-150. 1980
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul”. *Estudos Econômicos*. São Paulo. Volume 15. Nº2. P263-289. MAIO/AGO. 1985
- MANFROI, Olivio. *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Implicações Econômicas e Culturais*. Instituto Estadual do Livro-DAC/SEC. X Edição. Volume 7. GRAFOSUL. Porto Alegre, 1975
- OBERACKER JR, Carlos Henrique. *A contribuição teuta a formação da nação brasileira*. Vol. II, 2ª edição em língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Presença, 1985
- OBERACKER JR., Carlos Henrique. “A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola”. In: HOLANDA, Sérgio B. de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Tomo 2. Volume 5. Livro segundo, cap. 3, p. 260-288.

- PAIVA, C. A. “Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas”. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, vol. 34, nº 01, 2006.
- PALERMO, Marcos P.; FLORES, Alfredo de J. “O uti possidetis como contribuição latino-americana ao direito internacional”. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 19, n. 3, dez. 2022, p. 136-151.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da capitania de São Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822
- PRADO JR., Caio. “Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.3, nº. 29, p.692-700, 1945.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 37ª ed. São Paulo. Brasiliense, 2006
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 2 vols., 1969.
- PETRONE, Maria Thereza S. 1982. “*O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930*”. São Paulo: Brasiliense
- RUDIGER, Sebalt. “Colonização e Propriedade de Terras no RS (séc. XVIII)”. In: SEC-IEL. *Cadernos do Rio Grande*. Seção III, Estudos Rio-grandenses, n. 3, 1965.
- SCHÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã no sul do Brasil até 1859*. Tradução Martin N. Dreher. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre. Ed. da PUCRS, 2003
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019
- SANTOS, Corcino M. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1977.
- SINGH, J.; DHILLON, S. *Agricultural geography*. 3rd Ed. New Dheli: Tata McGraw-Hill, 2004
- TEJO, Limeira. *A indústria rio-grandense em função da economia nacional*. Porto Alegre, Globo, 1939.
- VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Pelotas: Echenique e Irmãos, 1897

## APÊNDICES

**Tabela A1 – Regiões e municípios do Rio Grande do SUL em 1920**

Regiões	Municípios
Sul	Alegrete, Arroio Grande, Caçapava, Cachoeira, Cangussú, Dom Pedrito, Encruzilhada, Herval, Itaqui, Jaguarão, Júlio de Castilhos, Lavras, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratiny, Quarahy, Rio Grande, Rio Pardo, Rosário, Sant'anna do Livramento, Santa Maria da Bocca do Monte, Santa Victoria do Palmár, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jeronymo, São João Batista de Camaquã, São José do Norte, São José do Norte, São Lourenço, São Sepé, São Thiago do Boqueirão, São Vicente e Uruguayana.
Norte	Bom Jesus, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Estrella, Guaporé, Ijuhy, Lageado, Lagoa Vermelha, Palmeira, Passo Fundo, Santa Cruz, Santo Ângelo, São Francisco de Paula de Cima da Serra, São Luiz Gonzaga, Soledade, Taquary, Vaccaria, Venancio Ayres.
Nordeste	Alfredo Chaves, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Conceição do Arroio, Dores de Camaquã, Garibaldi, Gravatahy, Porto Alegre, Santo Amaro, Santo Antonio da Patrulha, São Joao de Montenegro, São Leopoldo, São Sebastião do Cahy, Taquara do Mundo Novo, Torres, Triunfo, Viamão

Fonte: elaboração do autor.

**Tabela A2 – Índices regionais de especialização pecuária no Rio Grande do Sul em 1920**

Regiões	Bovino	Equino	Asinino e Muar	Ovino	Caprino	Suíno
Sul (Campanha)	1,12	0,91	0,46	1,37	0,94	0,24
Norte	0,76	1,23	2,14	0,21	1,06	2,57
Nordeste	0,72	1,09	2,19	0,20	1,27	2,72

Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Censo de 1920 (BRASIL, 1924, p. 486-90)